



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 29**

Sessão Extraordinária Julho

Sessão em 03/07/2015

Aos três dias do mês de Julho do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeiro Secretário Maria José Teixeira de Moraes Afonso França e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroteia, e com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Moraes Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Maria Leonor Nunes dos Reis, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Antero Marques dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, António dos Santos Costa, Henrique da Rocha Vieira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta Sessão faltaram o Presidente de Junta David Paiva Martins, e os Vogais Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria cristina Regales de Jesus Pires, e Maria da Luz Nolasco Cardoso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, e João Francisco Carvalho Sousa.

Não estiveram presentes os Vereadores, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

De seguida, nos termos artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do pedido de suspensão do mandato por sessenta dias, com início em 26 de Junho de 2015, do Vogal Paulo Alexandre Florentino Marques, dando posse ao sucedâneo da lista, **Maria Leonor Nunes dos Reis**.<sup>002</sup>

Continuando, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Ricardo Jorge Trindade Sabino, e João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, pelos

sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, e Rita Alexandra Monteiro Baptista.<sup>003</sup>

Os sucedâneos nas listas de candidaturas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, e Ana Manuel Torres Pereira, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para esta Sessão Extraordinária de Julho, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Apreciação e votação do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro;**
- Ponto 2 – Apreciação e votação do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro;**
- Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação da alienação de duas frações/lojas sitas na Urbanização das Glicínias;**
- Ponto 5 – Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Câmara Municipal de Aveiro para a Gestão do Museu de Aveiro.**

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

## **PONTO 1 – Apreciação e votação do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 09/06/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>004</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Vogal Santos Costa (JPA)<sup>005</sup>

Presidente da Mesa<sup>006</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>007</sup>

*“Muito boa noite a todos. Uma nota muito sumária a este regulamento. Este nosso regulamento estava em produção final, teve além do mais audição pública, estava para vir à Assembleia quando foi publicado o novo regime jurídico da edificação e da urbanização e portanto demos-lhe mais uma volta, embora ligeira, para o adequarmos ao novo regime. E portanto foi à Câmara, teve outra vez o procedimento de audição pública, e agora cá está com estas adequações todas feitas.*

*Portanto estamos ao dispor da Assembleia, na medida em que este não é um ajustamento profundo, porque esse já o tínhamos feito. Esta é uma operação de adequação à legislação que entretanto entrou em vigor e, portanto, é esse trabalho que estivemos a desenvolver. Nomeadamente eu e o Senhor Vereador Jorge Campinos estaremos ao dispor para as questões que entenderem por bem. Muito obrigado.”*

## Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>008</sup>

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>009</sup>

*“Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, senhores e senhoras vereadores, senhores e senhoras deputados.*

*Este Regulamento volta a esta Assembleia por imperativo legal, bem sabemos. No entanto, o Bloco de Esquerda não pode deixar de lamentar que depois de um intenso debate sobre este regulamento em Janeiro, o Senhor Presidente tenha optado por ignorar todas as críticas e todos os contributos.*

*Lamentamos Senhor Presidente que a sua posição reiterada de proteger quem usa as questões de urbanismo para garantir lucros em detrimento de quem as usa para usufruir direitos nomeadamente o da habitação.*

*Perdeu-se a oportunidade de tornar a reabilitação urbanística uma prioridade para Aveiro. Perdeu-se a oportunidade de introduzir justiça na política de solos.*

*Infelizmente, Aveiro tem perdido população. E, lamentavelmente, está um trabalho importantíssimo por fazer: uma avaliação específica do número e condição das casas vazias e devolutas em Aveiro.*

*Mas sabemos que vivemos num concelho onde não faltam casas vazias. No entanto, este Regulamento e as suas fundamentações para as reduções e isenções de taxas, deixam bem claro que a visão de futuro é de mais construção nova. Consideramos esta opção errada. Pergunto é porque este executivo faz da construção uma prioridade e da reabilitação algo acessório.*

*Quando há casas a ruir é um perigo para toda a sociedade. Quando há casas vazias é um fardo para toda a sociedade. Ambas as situações implicam gastos da autarquia, seja porque precisa de acorrer ao risco seja porque construiu infraestruturas sem o uso devido. Porque é que o executivo PSD/CDS teima em fechar os olhos a este problema?*

*As disposições para operações de loteamento e urbanização têm isenções várias, nomeadamente para a ocupação de espaço público. Portanto, incentivo à construção nova. Já a reabilitação só tem a isenção se for para edifícios históricos.*

*Também serão isentas as atividades económicas que sejam consideradas de excepcional interesse económico, sem que seja apresentado o mínimo de critério que defina esse interesse económico neste regulamento!? A reabilitação urbana é o parente pobre deste regulamento.*

*Não tinha que ser assim. Há alternativa. As políticas urbanísticas, incluindo este regulamento, deviam estar orientadas para a reabilitação, permitia responder a um problema e criar soluções nomeadamente de modernização energética e de criação de emprego.*

*Olhamos aliás para as políticas deste executivo e vemos que passados tantos anos não existe qualquer resposta ao “edifício da Avenida” construído ilegalmente com andares a mais. Nada se fez no concreto e este regulamento não é robusto para evitar situações destas no futuro quer para resolver o problema!?*

*Outro dos problemas deste regulamento é que nada prevê relativamente às mais-valias urbanísticas. Quando um solo passa de rural a urbano ou muda a edificação permitida multiplica o seu valor, no entanto este é um acto administrativo. A cativação destas mais-valias devia ser pública, já que nada é produzido no processo. Discordamos desta visão do executivo municipal. Penaliza as finanças públicas, promove o desordenamento urbanístico e a desigualdade entre cidadãos.*

*Uma das alterações deste regulamento em relação a janeiro é também a diminuição de meses para a construção de 100 para 50. Porquê esta alteração?*

*O espaço urbano tem que ser pensado de forma partilhada. E esta é outras das críticas que fazemos ao regulamento. A falta de mecanismos para a participação cidadã na sua*

*elaboração e também para o futuro das decisões urbanísticas no concelho.*

*Em janeiro já o tínhamos dito. Este falhava no essencial. Infelizmente o executivo de Ribau Esteves escolheu persistir no erro. Estamos perante um regulamento que não abre o urbanismo à participação e à discussão pública, que não introduz justiça na economia e na política de solos, que premeia a especulação e que relega a reabilitação para último plano. Defendemos um caminho alternativo para Aveiro.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

*“Como já foi dito trata-se de um reajustamento por força de uma lei superveniente ao regulamento aqui aprovado em Janeiro. Eu entendo que este regulamento é um instrumento absolutamente necessário para a política de desenvolvimento de Aveiro. É um instrumento de desenvolvimento por é sabido que a construção civil é fator indutor de muitas atividades. Ora com base nisso nós vemos que o sector que hoje passa por uma crise mais ou menos profunda, e entendo eu, que o município ainda que numa fase transitória, nesta tabela, ser fator para atrair investidor. Não creio que isso esteja a acontecer sinceramente. Parece-me que a tabela é altista e estranho até que interessados na discussão pública que viessem levantar problema ao regulamento.*

*Por exemplo uma coisa que me preocupa e que muito sinceramente nem sei como está resolvido aqui na tabela é a perequação. Dá-me impressão que analisando a fórmula, não sou perito, mas dá-me a impressão que este regulamento abona por força da perequação, este índice VI, tem uma tendência altista no tabelamento. Mas a formula já não contempla os indivíduos que deviam ser contemplado também por força das regras da perequação. Lembrar que a perequação existe em nome do princípio da igualdade (artigo 267.º da Constituição da Republica – as pessoas devem ser tratadas igualmente). Eu gostava que o Senhor Presidente explicasse aqui nesta Assembleia o que é que acontece com essa fórmula da perequação. Como é que é beneficiado um individuo, não digo ao nível de expropriação, mas já não é assim por exemplo quando com regra e esquadro prevê para um quarteirão um edifício de nove o dez andares e depois a confrontar um outro de dois pisos na mesma urbanização. Eu gostava que o Senhor Presidente explicasse para as pessoas ficarem a entender.*

*Quanto ao tabelamento, eu comparando, eu acho que esta tabela deveria ser indutora de atrair investimento.*

*Comparando esta tabela e actos semelhantes das taxas que dele constam, comparada com a tabela geral eu noto que esta é muito mais agravada. Por exemplo uma certidão custa vinte euros na outra custa cinco! Não sei em que é que uma taxa de uma certidão que saia de um processo de obras cause mais prejuízo que a uma certidão que saia para um processo de abertura de um estabelecimento comercial. Acho que o trabalho é o mesmo. Embora na fundamentação a Câmara lá exponha e bem as regras que presidiram as taxas. Mas a autarquia também tem as suas receitas e há-se ser também para o serviço dos munícipes. E pronto, por agora é tudo. Muito obrigado.”*

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Pois este regulamento é apenas uma adaptação à legislação em vigor – e bem-haja que a nossa Câmara também fez algumas alterações porque reviu o regulamento e penso que todos estaremos em condições de o aprovar porque é um regulamento que vai regulamentar toda a parte urbanística da cidade de Aveiro, vai melhorara a qualidade de vida da cidade de Aveiro e, portanto, penso que estamos todos em ordem a dar o nosso contributo e o nosso apoio.*

*Depois em relação à reabilitação que hoje em dia é tão falada dá-me ideia, pelas palavras que já ouvi aqui nesta assembleia “parece que a cidade está a cair”. A cidade não está a cair, tem edifícios para reabilitar, tem espaços novos para construir, e face a este regulamento penso que é todo um bom documento para que a cidade se desenvolva. Além disso a nossa Câmara da mesma forma que nos apresentou novamente este regulamento para atualizar, de certeza que a nível de reabilitação é responsável, é coerente, e de certeza absoluta que em situações dessas irá lutar pela melhoria e pela qualidade da cidade de Aveiro e do nosso concelho. É tudo.”*

Vogal João Barbosa (PS)<sup>012</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>013</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>014</sup>

*“Como eu não gosto de perder tempo é só para anunciar que, a bancada do PSD naturalmente votará favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>015</sup>

*“Muito Obrigado. Ao Filipe Guerra e à Rita Batista dizer-lhes que podemos estar eternamente a discutir tudo. Embora tivéssemos tido aqui uma boa discussão não há muito tempo, da qual temos todos boa memória, tomei boa nota de vos ouvir outra vez a dizer a mesma coisa — a coerência também existe, é sempre um dado positivo. Relembrar algumas questões. O regulamento, este ou algum parecido, não é instrumento de operação para matéria de reabilitação urbana. Hoje, por mais que os políticos não quisessem, e eu não conheço nenhum em Portugal que o não queira, a operação urbana assenta na reabilitação urbana. Porquê? Porque o mercado assim o manda. Aquilo que vamos ver proximamente, finalmente, como sabeis, o tal aviso do Portugal2020 para os Planos Estratégico de Desenvolvimento Urbano foi publicado, está finalmente publicado; temos que entregar a nossa candidatura até ao dia dez de setembro. Finalmente o Banco de Portugal aprovou o tal Banco de Fomento e que vai ser o gestor do instrumento financeiro da reabilitação urbana. Portanto, os instrumentos de apoio, nas várias componentes, sector público e sector privado, e em múltiplas condições daquilo que agora se chama desenvolvimento urbano, já começam a aparecer; nesta fase ainda de estruturação, ainda não é para financiar operações. Esses são os instrumentos para a operação. Mas a opção política, essa, é o mercado que a está a determinar. Hoje, felizmente, registamos isso no nosso Município, estamos a ter operações, licenciamentos, projetos aprovados, alvarás a serem levantados, de operações de reabilitação urbana. Operações de construção nova, muito pouco. Isto são as dinâmicas do mercado que, neste momento, têm este tipo de opções, e as dinâmicas dos mecanismos de incentivo para a intervenção pública e também à intervenção privada. É por aí que vamos. O regulamento está devidamente preparado, já estava, não há nada de novo a esse nível, para seguirmos esse caminho que temos pela frente, como vão ver e como vamos vendo se estivermos atentos ao que já se vai passando, ao que já vamos vendo no terreno. Esta é uma opção que o mercado está a fazer e que temos por convicção que os incentivos, os instrumentos de apoio ao investimento público e privado, que o Portugal2020 traz, vão dar aí um impulso importante para vermos mais disso pelo país, com um cuidado particularmente especial no nosso Município e na sua cidade sede onde estas matérias têm uma incidência particularmente mais forte. Foi também por isso que nalgumas matérias, em termos de taxas, nós criámos mecanismos para reduzir os custos. Na passada quarta-feira tivemos uma família que foi à reunião pública da Câmara e perguntou porque é que tinham que pagar ao seu empreiteiro vinte e três por cento de IVA quando ouviram dizer que a nossa cidade tem*



várias proteções jurídicas que permitem ter acesso a IVA reduzido, mas o empreiteiro apresentou-lhes a factura a vinte e três por cento. Porque é que é isto? A taxa não era um problema porque só pagaram cento e vinte euros de taxa, não era um problema de taxa mas sim um problema de IVA. Lá expliquei, o melhor que pude, que, às vezes, há uma enorme confusão nos nossos cidadãos ou até mesmo em pessoas com responsabilidades. Nós, de facto, temos globalmente mecanismos de proteção dos valores patrimoniais e culturais, de que a cidade é, felizmente, rica, há outras áreas do município mas especialmente a cidade, mas nunca a nossa Câmara Municipal decidiu assumir formalidades, que, após muitos nomes, atualmente o nome moderno de Área de Reabilitação Urbana, ARU, que formalizada, entre várias outras coisas, permite em operações deste género aceder a IVA reduzido em vez de IVA à taxa máxima. Os munícipes tiveram que cumprir várias condicionantes porque a sua casa estava protegida porque é um valor patrimonial e cultural, mas não tiveram acesso à taxa reduzida de IVA porque a nossa cidade não está coberta por Área de Reabilitação Urbana. Chamei a atenção que no trabalho que estamos a fazer para preparar a nossa candidatura ao PEDU vamos ter uma área de reabilitação urbana e aí sim esses mecanismos vão poder voltar a ser usados.

Este é um instrumento regulamentar. Esses outros serão instrumentos de operação para que haja incentivos, nomeadamente de natureza financeira e fiscal, para incentivar os cidadãos e o mercado a terem apostas desta natureza.

Deixar apenas esta nota porque vamos anunciando coisas e elas lá vão acontecendo. Aconteceram estas duas: o lançamento do aviso dos PEDUs e o anúncio público de que o Banco de Portugal aprovou o tal Banco de Fomento que é a entidade que vai gerir o instrumento financeiro que vai funcionar agregado ao Portugal2020 e especialmente dirigido, e não só, a estas matérias do chamado desenvolvimento urbano.

João Barbos, vi-o especialmente despistado na matéria. Essas matérias são marginais ao regulamento e falaremos dessas questões noutra dia e noutra tempo que não as questões do regulamento urbanístico do Município de Aveiro porque ele não referencia questões relacionadas com os defeitos dos passeios ou às tipologias de WCs; não é matéria regulamentável neste instrumento que aqui hoje nos traz.

O Marques Pereira vem com a questão metodológica do PS. É uma opção do Partido Socialista nesta questão regulamentar que eu lamento e respeito. O Partido Socialista tomou esta decisão: não fala; não opina; não diz nada nos debates públicos, nem nas audições públicas sobre a matéria; não propõe; e queixa-se do método. É uma opção política que, repito, respeitamos em absoluto, mas lamentamos e seguimos para a frente porque temos que governar. Ou é porque não houve audiência pública, mas se houve, e este aqui até houve a dobrar, afinal era preciso era uma comissão. Agora, uma intervenção aqui, um documento em audiência pública, um documento na reunião de Câmara, tantas oportunidades que temos, e... nada. Não houve uma ideia, uma proposta de formato algum, nem um pedido informal de reunião com qualquer um de nós. Nada de nada. E o Partido Socialista acha que está aqui um problema de método. Eu acho é que há aqui um problema de substância naquilo que é o contributo para a matéria. Não havendo contributo está aqui a nossa proposta e pensamos que a Assembleia a recebeu bem e esperamos que a votação seja em conformidade.”

### Membros da Assembleia

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>016</sup>

“Bem, o Senhor Presidente só responde se quiser — era o problema da perequação. E depois era também o problema da tabela dos incentivos para a recuperação. E parece que isso não existe neste regulamento!? A tabela para a recuperação é a mesma que para a recuperação nova. Sabido como é que o parque de construção está degradadíssimo, parece que isto lá da

*inscrição para eventual redução de taxas ao nível do IVA, também a tabela de taxas deveria ser contemplada. Esse casal que foi lá à câmara dizer que era barato devia ser abonado ou quis ser agradável. Agora não consta que ao nível dos processos de licenciamento as pessoas abonem a ideia de que as taxas são baratas em Aveiro. E eu perguntava se não teria tido oportunidade isto? O Senhor Presidente dirá: porque é que a tabela quando esteve em discussão pública não foi levantar isso. Quer dizer, as coisas escapam. Nós não governamos. Nós controlamos. A nós cabe o papel de contribuir, mas principalmente cabe à Câmara a responsabilidade de analisar as taxas. Taxas caras ou baratas não é da oposição. À oposição só lhes cabe denunciar em princípio de que está caro. Porque nós sabemos muito bem que a maioria que nos governa muitas vezes até tem a razão da força. Já aqui tentámos justificar coisas e verificámos que não vale a pena porque estão em maioria — o caso do Regimento. Que eu acho que o Regimento nos coarta a palavra. Olhe amanhã vai haver uma coisa em Mirandela, eu era para ter para lá feito um escrito a perguntar se achavam bem este tipo de funcionamento das Assembleias. Era para ter mandado um escrito mas tive a fazer um recurso não tive oportunidade.*

*Portanto eu perguntava ao Senhor Presidente se ao nível dos incentivos na tabela se não poderia esta tabela contemplar as pessoas para repararem as suas casas oferecendo-lhes um incentivo que é um ponto que devia ter tido atenção na composição da tabela. Portanto eu gostava que o Senhor Presidente explicasse sobretudo a perequação. Muito obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS)<sup>017</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>018</sup>

*“Pedir desculpa ao Dr. Jorge Nascimento por, descuido meu, ter passado por cima das notas daquilo que disse. A matéria da perequação tem um mecanismo de equação que é sempre o mesmo na formulação e nos princípios. A lógica é que a valorização urbana de uma qualquer área não fique a beneficiar aqueles que apanham, digamos, a melhor fatia da área de construção, e a prejudicar aqueles que apanham a má fatia onde, em regra, está o domínio público ou vai estar o domínio público. Portanto, é uma fórmula que procura criar mecanismos de harmonização das mais-valias que são geradas pela operação de urbanização. Há uma outra verdade em Portugal. Os exemplos de aplicação de perequação, na prática, são pouquíssimos porque, de facto, o mecanismo é muito complexo de aplicar. Ele já é complexo de per si e em culturas como a nossa, em que a nossa relação com a propriedade é muito forte, ele torna-se hipercomplicado. Sou-lhe sincero que eu, com a experiência que tenho, pessoalmente, conheço dois casos de duas câmaras municipais, que são longe da nossa região, que fizeram operações num regime experimental e que correram mais ou menos, numa avaliação partilhada entre colegas, não em relatórios técnicos que nunca os li. Os objetivos são bons, o princípio é correcto, a fórmula é particularmente complexa, e a sua aplicação prática tem-se revelado de grande dificuldade, para não usar uma palavra radical. Não conheço nenhum exemplo em Aveiro; no município de Ílhavo, ao qual presidi durante dezasseis anos, não conheci nenhum; na formação dos Planos de Pormenor fazem-se grandes exercícios mas aí estamos na teoria. Da minha experiência direta como autarca eu não conheço. É uma formulação que assenta em estudos hipercomplexos, que está instituída formalmente, mas que depois tem uma tradução prática que eu diria quase insignificante, objectivamente.*

*Quanto às taxas eu gosto sempre de lembrar isto e é bom exercitar exemplos. Um exercício que nós fizemos bastante, não tanto agora neste trabalho mas quando foi o outro regulamento, a primeira grande alteração, foi fazer exercícios de comparação. Uma moradia nova no sítio A com as taxas novas versus com as antigas. Uma operação de reabilitação no*

*mesmo sítio com as novas taxas. Procurámos exercitar exemplos porque, de facto, não vale a pena comparar a aplicação de taxas a uma moradia nova com a aplicação de taxas de uma moradia antiga, no centro da nossa cidade, e que é preciso reabilitar porque não tem nada, de nada, a ver. A quantidade de elementos que depois dão valor na primeira situação é muito mais alta que na segunda situação. O nosso mecanismo está construído assim, a taxaço para a reabilitação urbana versus a taxaço para a construção nova é, de facto, muito benéfica para a construção nova. Há, por aí, já um grande incentivo. Agora, há sempre uma coisa que é preciso dizer: a presença deste custo no custo total de uma operação é, de facto, irrelevante. No nosso município temos taxas que estão hoje a um nível que poderemos considerar idêntico a municípios da nossa natureza e condição população, localização geográfica. Mas esse não é o problema para o mercado, nem é um incentivo. Façam uma conta muito simples para uma construção qualquer e, por exemplo, o peso do IVA na conta é muito grande. A diferença de termos uma aplicação de um regime de vinte e três ou de um regime de seis por cento tem um impacto brutal na conta de uma obra. Não é na taxa que está um elemento relevante na conta dos custos. Todos nós, especialmente quando somos investidores de qualquer natureza individual ou empresarial, na nossa condição de bons gestores, procuramos que o valor dos custos seja o menor possível. É evidente que um município como o nosso tem que equilibrar entre o reduzir para dar incentivo e o manter um valor que lhe permita ter uma receita que seja interessante no contributo para a estrutura da receita da nossa Câmara Municipal. Foi este equilíbrio que procurámos fazer na primeira operação e que agora tem alguns ajustamentos nesta área, na área da indústria onde também fizemos um ajustamento para baixo, para procurar somar mais elementos de incentivo. Mas não é aqui que estão os grandes incentivos porque os grandes incentivos estão em investimentos de outra natureza, com aqueles que já referenciei.”*

**De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 1 – Apreciação e votação do Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado<sup>019</sup> por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD14+CDS6+JPA3), oito abstenções (PS8) e dois votos contra (BE1+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>020</sup>

*“O voto contra do PCP não se prende com esta revisão feita. Não é essa a questão. O voto contra do PCP prende-se com o facto do PCP não ter caucionado este mesmo regulamento em Janeiro. E não havendo alteração substancial daquilo que eram os motivos que levaram o PCP a votar contra este regulamento em Janeiro, não poderíamos caucionar agora este mesmo regulamento. Assim se explica.”*

Vogal Rita Baptista (BE):<sup>021</sup>

*“Faço da minha primeira intervenção a minha declaração de voto.”*

## **PONTO 2 – Apreciação e votação do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 09/06/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*



De seguida o Presidente da Mesa<sup>022</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>023</sup>

*“Muito obrigado. Uma nota breve para dizer que este regulamento também surgiu esta alteração para nos adequarmos à legislação nova, com um pressuposto muito simples. A nova legislação, numa das suas regras, ideia na sua génese e agora regra, prevê a liberalização total dos horários do comércio. Esta é que é a grande alteração: a liberalização total. E total ao ponto do próprio comerciante poder alterar o seu horário todos os dias. É, de facto, a liberalização total. Pode-se trabalhar vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana e pode-se alterar o horário todos os dias. Esta foi a opção do legislador. Qual foi a nossa opção, em termos de regulamento? Foi usar os mecanismos da lei, obviamente que não podíamos inventar, para mantermos as regras que temos atualmente em vigor no nosso Município. O quadro de limitações de horário, o quadro de exceções a essas limitações, mantemo-lo tal e qual o temos, já que fazemos uma avaliação globalmente positiva, temos exceções como é óbvio porque nem tudo está a correr bem, mas achamos que não é o regulamento que é o responsável por algumas situações que não estão a correr bem. Portanto, achamos que o regulamento, pela experiência que temos da sua gestão, está bem e achamos que o exercício de equilibrar a vida do comércio com outras vidas do município, dos interesses de quem reside, de quem passeia, de quem tem diversas actividades que funcionam ao lado, à frente, em cima, da actividade comercial devem exigir esta aplicação de condicionalismos. Aquilo que fizemos foi apenas, usando os mecanismos do novo quadro, adequar o nosso regulamento para que mantivéssemos as condicionantes que estão em vigor e que nós as avaliamos, no tempo de experiência que temos, como globalmente positivas. Estarei ao dispor e os Srs. Vereadores, são vários os que estiveram envolvidos nesta matéria, especialmente a Vereadora Raquel que é a nossa especialista em ruído, que é um dos problemas da gestão comercial, como bem sabemos, estaremos ao dispor para alguma interação que entendam por bem.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>024</sup>

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, demais deputados. Bem, em relação a este regulamento. Este é um regulamento de grande complexidade, é um regulamento que periodicamente vem às Assembleias Municipais, é um regulamento que sistematicamente anda para a frente e para trás, nas suas disposições entenda-se. É de facto um regulamento de alguma complexidade. Há muitos interesses, interesses esses muitas das vezes conflituantes.*

*Mas fazendo uma subdivisão entre o regulamento, entre as suas partes, a primeira questão que colocaria ao Senhor Presidente da Câmara era esta, nomeadamente àquilo que se prevê na ocupação do espaço público, se o Senhor Presidente da Câmara pretende fazer a cobrança dos espaços relativos ao mobiliário urbano e aos painéis utilizados pela empresa que futuramente, eventualmente venha a ficar com a concessão da MoveAveiro? Presumo que sim, estando o município tão carecido de receitas.*

*Em relação aos assuntos da segunda parte, nomeadamente dos horários dos espaços de restauração e dos bares. Há aqui algumas questões que lhe gostaria de colocar. A primeira o alargamento previsto no artigo 64.º e em relação ao artigo 63.º numero dois. Dá ideia que quem está ao abrigo do artigo 64 também está ao abrigo do 63 número dois!? Logo não se justifica que um só possa funcionar até às duas da manhã e outro até às quatro.*

*Segunda questão para já tem a ver com a distinção entre dias de semana e dias de fim-de-semana. Ora, sabendo de interesses conflituantes nesta área entre empresários e moradores da zona, um dos problemas coloca-se com o ruído, e sabendo que ao fim-de-semana terá um impacto provavelmente diferente do impacto que tem à semana sobre a vida dos moradores, por que é que a Câmara municipal não fez uma distinção entre dias de semana e de dias de fim-de-semana? Para já tenho dito.”*

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[025](#)

*“Sr. Presidente, a proposta apresentada pela Câmara mantém a liberalização do horário das grandes superfícies comerciais, e neste sentido o Bloco apresenta uma proposta de alteração que gostava que chegasse à Mesa.*

*Em relação às grandes superfícies comerciais consideramos que o seu horário deve ser limitado. Propomos o encerramento aos Domingos e 1 de Maio e o encerramento à tarde nos restantes feriados.*

*A nossa proposta defende o emprego porque defende o comércio local. O horário alargado dos hipermercados é feito com rotação de turnos e com a precariedade, nunca com mais trabalhadores.*

*A utilização deste subterfúgio por parte do empregador viola o direito à qualidade de vida, o direito ao lazer e à família, inscritos na nossa Constituição.*

*O comércio tradicional tem especificidades importantíssimas para a comunidade e para o turismo. Em Aveiro e no país sabemos as dificuldades que atravessa com despedimentos e encerramentos. E sabemos bem que a liberalização do horário dos hipermercados em 2010 em muito contribuiu para esse caminho, assim como a proliferação destes mega-estabelecimentos.*

*Esta Assembleia fará a sua escolha. Se os hipermercados devem ter horário liberalizado ou se deve ter limitações. Defendemos a limitação e apresentamos uma proposta concreta. Estamos abertos a outras propostas que surjam no mesmo sentido.*

*Ao longo deste Regulamento temos uma enorme preocupação com a arbitrariedade e favorecimentos ou castigos que pode originar. Um regulamento deve ser claro, equilibrado e justo. Não é o caso. Várias normas ficam ao arbítrio do Presidente da Câmara. Repare-se, nem sequer é de um órgão municipal, é apenas do seu Presidente! Falo do artigo 46, “licenciamento circunstancial” para a ocupação do espaço público. Falo também dos artigos 63 e 64 relativos às restrições e aos alargamentos de horário de funcionamento.*

*Nada justifica que um Presidente de Câmara tenha esse poder. As regras claras protegem a democracia e o tratamento justo dos cidadãos. Apelamos a que esta disposição seja retirada.*

*Relativamente ao horário dos bares, a nota introdutória ao Regulamento faz uma associação entre bares e criminalidade. Rejeitamos esta associação sem qualquer fundamento.*

*A questão dos horários dos bares, especialmente em zonas residenciais como a Beira-Mar é sensível e é importante garantir a boa convivência desta atividade e os moradores.*

*São necessárias regras que potenciam e permitam essa boa convivência. O ruído da música e do interior do bar passará a ser monitorizado com limitadores de potência. A Associação de Bares no seu parecer não rejeita esta solução, pelo que não temos qualquer objeção. Não compreendemos no entanto a obrigatoriedade de porta fechada.*

*Muitos dos problemas surgem no exterior dos bares, nomeadamente o ruído. Há várias formas de o minimizar, uma delas e que é eficiente nesta matéria é a de um horário de funcionamento alargado que leve a que não haja saídas massivas dos bares ao mesmo tempo provocando bastante ruído.*

*Outros atos que foram levantadas nesta discussão, nomeadamente vandalismo, é uma questão de civismo, mas acima de tudo de crime e Código Penal, não de horários.*

*Sobre a Publicidade, Parte II deste Regulamento, consideramos que estas normas têm intenção apenas de licenciar e taxar.*

*Consideramos que era preciso mais. Era necessário regulamentar verdadeiramente e traçar limites à publicidade no espaço coletivo.*

*Aveiro tem um excesso deste tipo de publicidade e muitas vezes em locais inconvenientes e desajustados.*

*É um mau cartão-de-visita turístico mas também uma usurpação do espaço de quem cá vive e trabalha. Este regulamento falha por não conter uma visão sobre a presença da publicidade também no espaço público.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>026</sup>

*“Senhor Presidente este regulamento é realmente um regulamento complexo. Que ao longo dos sucessivos mandatos tem vindo sempre a esta Assembleia com problemas de vária natureza. Bom, nós não tivemos o propósito de estar a escarpelizar um documento de 126 páginas. Bom, mas a nossa preocupação é esta, fundamental porque interessa à opinião pública. O que é que se visa com um regulamento destes? É que o espaço público destinado aos cidadãos seja preservado, primeira vertente do regulamento, e nós vemos que de vez em quando, que nas autorizações que se dão, o peão tem de passar para a estrada porque os estrados ocupam os passeios e portanto gostaríamos que isso fosse evitado na concessão de utilização.*

*Agora há uma segunda vertente do problema que essa é de facto importantíssima, não é. Diz o Senhor Presidente que o Governo liberalizou! Eu penso que as Câmaras devem pensar porque é que o Governo liberalizou. O Governo quando está a pensar está a pensar em Lisboa. Lisboa tem as Docas, tem os sítios privativos, para fazer o barulho. Aveiro não é assim! Não é. Portanto a Câmara precisa de inverter a política. Aveiro precisa dos bares quer-se uma cidade viva, que atraia pessoas de fora, que todos se sintam bem. E a juventude hoje não se sente bem ir para casa à meia-noite. Sente-se bem se sair de casa à meia-noite. Portanto Aveiro tem de competir com isso.*

*Agora, tem de arranjar alternativas, tem de estudar forma. E nessa altura já foi pensado por exemplo que a zona dos bares saísse designadamente da Praça do Peixe e fosse para o sítio onde hoje está a lota abandonada. Ai poderia ser. Teriam espaço liberto para ali se desenvolver um conjunto de atividades para não prejudicar ninguém.*

*Porque isto de dizer assim, liberalizou, todos tem o seu direito, mas os proprietários tem direito a usar o seu espaço, mas com reserva, porque aquele espaço da Beira-Mar não foi licenciado seguramente gizado para servir daquela forma. Mas pronto foi adaptado e naturalmente nas adaptações terão sido impostos requisitos de isolamentos para minorar os efeitos. Mas a par do direito a esse uso, há também o direito ao silêncio. Então agora nós temos de pensar o que é que prevalece não é. Ou então, definitivamente, a Câmara arranje alternativa e afaste dali os moradores. Proporciona, dá-lhes incentivos, para os moradores irem para outro sítio. Ou fica bar ou fica moradia. Agora o individuo morar no 1.º andar e estra por baixo a funcionar um bar, por mais isolado que ele seja, não acontece.*

*Eu há tempos fui a São Jacinto para resolver um problema dessa natureza. E realmente nós vínhamos para fora de dia e não se ouvia distúrbios, mas durante a noite a perturbação é muito maior. Então estava lá com o Tribunal e o Senhor Juíz mandou lá por a música no máximo. Lá puseram e até pensei que era batota porque vínhamos para a estrada e não se ouvia nada. Mas depois disse isto não pode ser, o homem queixa-se do barulho, e então requeri à Universidade, que foram de noite por indicação do Juíz sem ninguém saber, e vieram de lá com registos em que se ouvia muito superiores. O cidadão não dormia. Tinha*

*uns tampões nos ouvidos iguais ao do neto quando vai para nadar na piscina. Isto não pode ser.*

*Quem gere o município tem o dever de orientar estas situações e deve. Isto não é dum momento para o outro, deve ser uma coisa paulatina, mas deve fazê-lo, porque o direito de um acaba onde começa o direito do outro.*

*E depois, dizemos assim. Os direitos são iguais. Não. Há prevalência. O descanso é condição do trabalho. Portanto temos de pensar nisto e a Câmara tem de resolver este problema mais tarde ou mais cedo. Se possível ordenar os horários por forma para que não se deem movimentos na rua, porque a juventude por mais educada que seja há-de fazer barulho a caminhar ou conversar. Era isto que eu tinha a dizer.”*

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>027</sup>

Vogal Leonor Reis (CDS)<sup>028</sup>

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>029</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Eu não me vou alongar muito, mas vou falar da minha experiência disto. Nós vivemos esta situação há 18 anos, umas vezes melhor outras vezes pior. E conhecemos demasiado bem o problema. Hoje quero dizer que está muito melhor. A zona dos bares é uma zona habitada por idosos que deixavam na altura as janelas abertas e a chave na porta. A partir de certo momento pelas situações que lhes foram criadas de insegurança hoje dormem mal e com receios.*

*Eu gostava de dizer ao senhor Presidente que ao alterar a lei devia preocupar-se mais um bocadinho com a qualidade de vida dessas gentes. É uma verdade que ali vivem pessoas que trabalham e também idosas.*

*Nós lemos os pareceres que nos foram dados e o parecer da Policia de Segurança Público, aqui no ponto um e no ponto seis, dizem aquilo que acontece e aquilo que pensam.*

*E aqui põem-se um problema. A PSP garante a segurança com efetivos na rua até às duas horas, a partir das duas horas é problemático porque não tem efetivos. E aqui pode funcionar a qualidade do Senhor Presidente da Câmara através do Ministro da Administração Interna em dar apoio à PSP a conseguir que venham mais efetivos para Aveiro para que as pessoas possam viver em melhor qualidade de vida. Posso dizer-lhe que a partir destas coisas passou a haver uma esquadra no Bairro de Santiago e sempre se pensou que poderia vir uma esquadra para a zona da Beira-Mar. Acontece que até já se fez uma experiência em dois meses de Verão em que veio uma carinha de Coimbra e ficou lá exposta e que foi de muita qualidade para o serviço efetivo.*

*Depois vemos aqui também o parecer de moradores que à partida são sempre os mesmos, que realmente não conseguem viver aqui, porque quando chamam atenção das pessoas ainda são insultadas, mas isso é um problema de rua e de segurança.*

*Mas por exemplo em Braga, noutras terras fizeram isso, alteraram a zona de bares. A zona de bares é só para bares e aí podem fazer o barulho que quiserem – em Braga foi para a zona da Ponte. E aqui em Aveiro houve uma altura em que realmente se pensou em alterar a zona de bares. Os bares passavam para a lota e também para a zona do Estádio.*

*E hoje, Senhor Presidente, eu chamo atenção – o que vai ser do Estádio? Devemos criar condições para que aquilo seja uma zona de lazer e está na altura de pensar. E como o Senhor pensa bem, faça favor de dar qualidade de vida às pessoas da Beira-Mar. Obrigado.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>030</sup>

*“Senhor Presidente, só para dizer que os equilíbrios são sempre associados e que os equilíbrios são sempre difíceis. E este é o equilíbrio que a câmara conseguiu encontrar com*



*as forças vivas da cidade para garantir uma atividade económica importante e proteger de alguma forma todos os cidadãos que aqui se encontram.*

*Eu tenho pena de que algumas das entidades consultadas tenham abdicado das suas responsabilidades, mas faz parte da vida, estamos cá para isso, elas serão julgadas certamente a seu tempo. Mas eu penso que nós não podemos ir mais longe do que aquilo que a Câmara foi.*

*No que diz respeito à autoridade do Senhor Presidente, eu já reparei que alguns membros da Assembleia têm muito medo da autoridade do Senhor Presidente, mas dizer que os aveirenses que lá o colocaram não têm medo nenhum ao que parece. E certamente o colocarão lá outra vez para continuar a exercer a sua autoridade. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>031</sup>

*“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. O Filipe Guerra colocou uma questão sobre os painéis publicitários. Obviamente que se cumprirão as regras, a Transdev que as cumpre hoje ou o futuro concessionário que as cumprirá. Embora lembrar que a operação vai ser separada. Nós vamos ter um processo, que nos está a custar e a demorar um bocado mais do que pensávamos, um concurso para toda a exploração publicitária na cidade e no município. A pretexto dessa operação haverá também uma reorganização. Aliás, a Rita Batista falou nisso e bem. Temos tido algumas dificuldades porque há uma regra tremenda que tem sido muito difícil fazê-la cumprir, e mesmo interpretações legais, que tem a ver com a proibição de outdoors e outro tipo de elementos em rotundas. É proibido por lei mas depois há uns truques, por exemplo se for partidária, mesmo fora de campanhas eleitorais, é ou não permitida. E nós temos nomeadamente duas rotundas especialmente disputadas neste género. É por outras vias que estamos a estudar, a pôr no caderno de encargos e no programa de concurso, para concursar e para passarmos também a ter uma entidade, porque atualmente são sete as entidades, a fazer a gestão em termos de exploração privada da publicidade. Ela não ficará entregue ao operador de transportes; já atualmente não está e não ficará.*

*A questão do artigo sessenta e quatro, do artigo sessenta e dois, das quatro e das duas da manhã, dizer-vos o seguinte; repetir. Nós achamos que o equilíbrio que está é um bom equilíbrio. Está tudo bem? Não. Mas entendemos que há um bom equilíbrio. Por exemplo, de toda a reflexão, de todas as audições, da nossa própria discussão, entendemos que as esplanadas deviam ter um novo limite. Nós tínhamos e temos uma justaposição do horário das esplanadas com o horário do bar; o bar fecha às quatro e a esplanada fecha às quatro. Agora, mesmo que o bar feche às quatro, a esplanada fecha às duas. Já para criar um mecanismo no espaço público, a esplanada é no espaço público, de baixarmos a produção de ruído e ele ir apenas para dentro. É uma das novas restrições. Neste equilíbrio entendemos que esse era um contributo positivo para baixarmos o problema onde ele existe. Hoje, em regra, os problemas que temos têm a ver com o espaço público, temos alguns directamente com bares, mas em regra é no espaço público que está o problema. Portanto, está aí um novo contributo, esse é novo, de dizer que as esplanadas têm limite absoluto, quer o bar feche às duas, quer o bar feche às quatro, às duas da manhã as esplanadas têm que estar encerradas e recolhidas.*

*Entendemos também, de leituras objetivas de medições de ruído, que a separação entre a semana e o fim-de-semana está feita pelo mercado. Todas as nossas medições, e podemos demonstrar Filipe, não foram invenções nossas, estou à vontade na minha experiência autárquica anterior, que o horário tem diferenciações, por exemplo, de inverno e de verão. E há municípios, em Portugal, que têm a diferenciação da semana e do fim-de-semana. Para nós, por exemplo, a noite de quinta-feira é muito mais importante que a noite de domingo, por sermos uma cidade universitária e hoje a academia instituiu, a nossa e a portuguesa, que*

*a quinta-feira é a noite da malta ir relaxar um bocado. Pronto, escolheram a quinta. As análises objetivas que temos tido nas medições de ruído dizem isto: a produção de ruído ao fim-de-semana é claramente maior que à semana, portanto os usos já têm essa justaposição em relação aos dias úteis ou aos dias de fim-de-semana. Discutimos isso muito, quer a diferenciação dos dias da semana, quer a diferenciação inverno/verão, mas entendemos que continuava a estar aqui o melhor dos equilíbrios, embora, obviamente, as coisas sejam sempre discutíveis. E, repito, nós próprios discutimos bastante esta matéria.*

*A Rita veio com esta questão da proposta que nós achamos pertinente, dizer-lhe. Já a discutimos entre nós. Temos alguma simpatia por ela mas temos uma outra coisa. Há uma análise que queremos aprofundar, foi nossa decisão. Porquê? Podemos ter muita vontade de fechar as grandes superfícies ao domingo para a família passear mais, para ir mais ao comércio tradicional, etc. Mas depois quando vamos ouvir certos sectores da população, vamos ver as opções do mercado tradicional que é, em regra, estar fechado, e a muitas famílias dar imenso jeito, no passeio de domingo, também ir passear e comprar à grande superfície, achamos que temos que amadurecer ou ouvir melhor. Nesta fase, quando fizemos este trabalho por meados do ano passado e discutimos muito entre nós, a nossa conclusão foi: não. Achamos que nesta fase da nossa vida, do conhecimento, essa não é boa decisão. Portanto, a decisão que tomámos é aquela que está em vigor; não temos simpatia pela sua proposta, embora achamos que a questão é pertinente, deve ser refletida, ouvida no que respeita aos vários atores e à nossa população, aos nossos cidadãos que, obviamente e em primeiro lugar, são quem temos que ouvir, para a virmos a ponderar numa outra dimensão para dizermos se é ou não o momento de darmos este passo. Entendemos que, nesta fase, esse não é o momento de darmos esse passo.*

*O vandalismo, a segurança... eu discordo do que vocês disseram, especialmente do Marques Pereira. Até parece que temos uma cidade com problemas sérios de segurança; até parece que não se pode passear à noite na nossa cidade. Não é verdade. Nós somos uma cidade com uma ambiência de segurança muito boa, ponto final parágrafo. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a transformar um ou outro problema pontual num problema de segurança porque nós não temos um problema de segurança na nossa cidade, ponto final parágrafo. Isto é mérito dos cidadãos, dos visitantes, da polícia; é mérito de toda a gente que dá um contributo para tudo isto. Esta é a nossa verdade. Temos situações pontuais? Temos. Mas olhem, as mais graves que nós temos tido são ocorrências de dia, não são de noite. As mais graves situações de segurança, uma delas foi notícia nacional há muito pouco tempo e dentro de um edifício municipal, ocorrem de dia, não de noite. Esta coisa de que é à noite que a segurança é posta em causa... alguns operadores que são de todos conhecidos, não vou dizer nomes explicitamente para não termos, amanhã, outro tipo de problemas atuam mais de dia do que de noite. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a pôr na noite e no horário do comércio noturno o problema da segurança. Não é aí que está o nosso problema. Esta é a nossa verdade objetiva. Todos cá vivemos, todos usamos, uns mais outros menos, o dia, outras vezes a noite, para termos esta noção e ouvirmos as pessoas. Temos é de continuar a fazer trabalho junto de toda a gente, de civismo, de bom comportamento. Quanto à presença da nossa autoridade policial nos locais é preferível que os nossos polícias que estão a trabalhar de madrugada, que estão na rotunda das Pontes ou estão na rotunda do Rossio, na rotunda do Augusto como muitos chamam, que estejam não dentro do carro mas na rua, em pé, na Praça do Peixe; a andar a pé ou de bicicleta, usando as bicicletas que a Junta da Glória e Vera Cruz e a de Esgueira ofereceram, ali à volta do Cais dos Botirões, pela Beira-mar. A presença da autoridade, como todos nós sabemos, de per si, tem um efeito dissuasor sobre a malta que, de vez em quando, faz umas coisas que não deve fazer. Que é uma malta pontual, porque a maior parte da malta porta-se de forma civilizada. Não vale a pena transformarmos isto num faroeste porque isto não é o faroeste. Os nossos utentes da noite,*

*em regra, são gente civilizada e têm comportamentos civilizados. De vez em quando há um ou outro, individualmente ou em grupo, que tem comportamentos marginais ao tal bom equilíbrio entre os fatores. Depois, não podemos esquecer, especialmente na zona da nossa Beira-mar, que é uma zona em mutação urbana muito complexa. É uma zona de matriz de construção antiga, os cuidados da construção, em termos de ruído, não existiam como bem sabemos, a lei era outra, de repente cresce a utilização, aparece o comércio que quando nasceu naquela área urbana existia lá uma mercearia e pouco mais, e as condicionantes técnicas da habitação não estão adequadas. É também a regeneração urbana, a reabilitação urbana, que vai ajudar a que aquele edificado habitacional ganhe qualidade, nomeadamente no que respeita à relação com o ruído que, pela sua natureza e pelo seu tempo, não tem. Há aqui outro tipo de crescimentos para nós gerirmos este equilíbrio. Tomei boa nota da sugestão do João Barbosa para a discutirmos. Transformar o Estádio novo, eventualmente também o velho, num estádio dos bares da night aveirense. Essa é capaz de ser uma abordagem interessante e portanto tomei boa nota para discutirmos essa ideia. Mas sabemos que a vida não é assim. Nós não somos um regime comunista que dizemos ao comércio: “Sr. comércio, pumba para a lota”; “dinheirinho? Vão ao banco buscé-lo, reabilitem aquilo e pumba para lá”; “Sr. comércio, acabou a Praça do Peixe, tudo para o Estádio”. Não é assim. O nosso Estado de direito, a forma como gostamos de viver, não nos permite, por nossa opção, viver assim. Um dia vamos ter aí uma capacidade, vem aí um investidor e vamos fazer a reabilitação da Lota, vamos dar primazia aos bares? Com certeza que sim e andamos na luta por ele. E já temos falado com vários mas sabemos que a vida não está exatamente virada para aí. É este tipo de abordagem que temos sempre que fazer procurando encontrar o equilíbrio e sancionar quem se porta mal. Nós já dissemos que acabou o tempo da tolerância e que os procedimentos estão em curso. Fomos agora um bocado perturbados porque a entrada em vigor do novo CPA veio criar obrigações de auscultação bem diferentes e bem mais exigentes do que as que tínhamos com o antigo CPA; portanto estamos a adaptar os nossos procedimentos em relação a isso. Mas seguimos com esse tipo de atitude.*

*Quanto à questão do Presidente é uma questão aqui recorrente, de vez em quando. Não tenham complexos sobre isso. A ideia do regulamento é termos mecanismos ágeis. É evidente que nenhum presidente, nem eu, nem nenhum daqueles que já foram, daqueles que vão ser, acorda de manhã e diz “ora bem, aqui está o meu despacho, recebi uma queixa de um vizinho do bar não sei de onde, para amanhã fecharem à meia-noite”. Isto não existe. Todo o mecanismo que tem que existir para que um presidente ou um vereador em quem esteja delegada a função, isso não está lá escrito mas é implícito, permita tomar um dia o despacho a dizer limita para esquerda tem um procedimento, tem que haver queixas formais, testemunhadas por análise objetiva da autoridade policial, por análise técnica. Até ao momento em que eu, um vereador que tenha a função delegada ou um assessor meu, possa pegar numa caneta e assinar um despacho destes há muita coisa antes. São mecanismo que se pretendem que sejam ágeis mas que para acontecerem há tantas cabeças que são absolutamente necessárias para que um despacho desse ocorra e não, como disse o Marques Pereira, uma só cabeça. No fim da linha, da decisão do Presidente, ou melhor, se for do Vereador há recurso ao Presidente, que é quem delegou a função, e do Presidente há ainda recurso ao Executivo e do Executivo ainda há recurso ao Tribunal. Portanto, tranquilos da vida, não transformem isto no “lá está este rapaz que quer mandar em tudo sozinho”. Isso não existe e não existe mesmo. Portanto, não vale a pena tentarem a construção porque ninguém acredita nela porque isso não existe objectivamente, nem aqui, nem noutros preceitos que temos vindo a utilizar.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>032</sup>

Vogal Rita Baptista (BE)<sup>033</sup>  
Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>034</sup>  
Vogal Marques Pereira (PS)<sup>035</sup>  
Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>036</sup>  
Vogal Marques Pereira (PS)<sup>037</sup>  
Vogal Rita Baptista (BE)<sup>038</sup>  
Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>039</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>040</sup>

*“Muito sumariamente, só para me referir ao que disse o Filipe em relação à fiscalização. Há fiscalização! Nós temos feito, inclusivamente, operações nestas horas mais críticas com a nossa própria polícia municipal, em regra nas madrugadas de sexta para sábado ou de sábado para domingo, temos feito várias com regularidade e temos relatórios de todas elas para vermos as evoluções, melhorou isto, piorou aquilo; temos esse trabalho e vamos continuar a ter. Temos também um trabalho com as nossas forças de segurança. Nós não precisamos de fazer confissões públicas, Marques Pereira. Essa coisa de que o PS confia nas forças... eu acho que é uma coisa um bocadinho absurda quando as coisas mais óbvias temos que as confessar na praça pública é porque não são assim tão óbvias. Nós trabalhamos com as forças de segurança em absoluto equilíbrio institucional, cooperação institucional, o que não quer dizer que estamos todos de acordo; era o que mais faltava. Isso não quer dizer que quando temos diferenças de opinião que já não nos respeitamos, que já não confiamos uns nos outros; era o que mais faltava. Temos a melhor relação possível, trabalhamos quase diariamente, em termos de interação direta, para tratarmos das mais variadas coisas, quer com a PSP, quer com a GNR, e às vezes também com a Polícia Marítima, também temos questões com essa outra força. Agora, não quer dizer é que estamos de acordo com tudo e está tudo bem. É a natureza das coisas. Portanto, continuamos a trabalhar em equipa procurando fazermos o melhor possível, ouvir também as críticas que eles nos fazem, ouvir os contributos, e vice-versa. Hoje temos necessidade de melhorar a prestação, e temos falado muito nisto, nomeadamente a questão dos arrumadores, é proibido haver arrumadores no Município de Aveiro, a prática da extorsão é feita todos os dias no nosso município e nós somos contra, isto é crime, isto tem que acabar. Desta luta ninguém nos tira. Estacionamento ilegal. Eu não conheço muitas cidades com uma situação de estacionamento ilegal como Aveiro. Eu não conheço. Eu que já fui três vezes a Nápoles e que me disseram que Nápoles é o pior exemplo do trânsito na Europa, a esse nível estou bem melhor que nós. Temos que melhorar? Temos. E a começar por nós Câmara. Os traços amarelos que sinalizam os sítios onde é proibido estacionar temos que os ter bem pintadinhos, a sinalização horizontal tem que ser melhorada numa série de sítios; nós próprios temos trabalho para fazer. Temos feito e temos para fazer e vamos fazer. Mas também queremos que a nossa autoridade policial tenha melhor prestação. É este trabalho de equipa, uns com os outros, é aí que trabalhamos, é aí que vamos continuar a trabalhar todos juntos. E com os cidadãos. Relembro sempre isto. Os problemas da velocidade não se resolvem em todo o lado com lombas e semáforos e com multas; o lixo não se limpa com a SUMA andar com os varredores por tudo quanto é lado; o ruído e os problemas do erro do funcionamento do comércio noturno não se resolve com polícias em todos eles. A base de tudo isto é o contributo de cada um de nós, cidadãos. Essa é a base de tudo. E é por isso que, nestas matérias, em regra, nós temos boa performance. É mérito de nós todos. E quando temos algumas coisas que não correm bem temos que trabalhar; a autoridade administrativa, a autoridade policial, para melhorarmos a qualidade. Agora, a nossa prestação é, em regra, uma prestação que tem um sinal positivo e os indicadores estão ao dispor de todos nós.*



*Quanto às grandes superfícies e aos horários, está tudo dito. É um dossier que devemos manter aberto para o voltarmos a discutir e com tempo. Concordo perfeitamente com o que disse o presidente Fernando Marques, há matérias em que há tempos que não devem ser utilizados.*

*A questão dos efetivos, dizer-vos isto. Eu estava a tentar ir à minha memória, mas não consigo. Peço desculpa. Quantas esquadras se reduziram neste tempo em que também se reduziram os quatro mil efetivos. Como sabem, é público, já o dizemos há muito tempo, nós defendemos que Aveiro não tem dimensão para ter duas esquadras da PSP. Defendemos isto há muito tempo. E já apresentámos, objectivamente, propostas para termos uma só porque sabemos que só a existência de um edifício cativa um conjunto relevante de efetivos. Quinze, está a dizer o Dr. Filipe Neto Brandão que tem experiência nestas matérias. Portanto, a nossa cidade não tem dimensão, nem coisa que se pareça, para ter dois edifícios de esquadra. Não tem. Correu-nos foi mal a vida porque quando chegámos a acordo com o ministro Miguel Macedo ele foi-se embora, depois o dossier passou para o Secretário de Estado Alexandre e quando estávamos, não a chegar a acordo porque a matéria tinha alguns desacordos, ele foi-se embora e a nossa actual ministra não tem muita vocação para estas matérias. Portanto, esperamos por outro tempo para voltarmos à matéria. É uma área, por exemplo, onde nós queremos dar o nosso contributo para libertar os tais quinze efectivos para o sítio onde os queremos, e eles também, temos essa consciência, que é nas operações junto aos nossos cidadãos.*

*Por tudo, nós achamos que temos aqui uma proposta equilibrada que tem que ser bem gerida, na certeza de que estaremos sempre disponíveis para encontrarmos ajustamentos neste ponto de equilíbrio em termos regulamentares e na interacção de todos nós, cidadãos, autoridade administrativa e autoridade policial, procurarmos também na prestação de todos irmos fazendo cada vez melhor.”*

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a “*proposta de alteração para o encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e nas tardes dos feriados*”, apresentada pelo Bloco de Esquerda, sendo a mesma **rejeitada<sup>041</sup> com vinte e nove votos contra (PSD14+CDS6+PS8+JPA1), duas abstenções (JPA2) e dois votos a favor (BE1+PCP1).**

**Continuando, o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 2 – Apreciação e votação do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado<sup>042</sup> por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD14+CDS6+JPA3), duas abstenções (PS2) e oito votos contra (PS6+BE1+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>043</sup>

*“O PCP votou contra este Regulamento, porque ao longo da discussão foram colocadas várias questões da nossa parte, nomeadamente em relação à necessidade de diferenciação dos dias de semana e dos dias de fim-de-semana, com a necessidade de se fazer a fiscalização das imposições deste regulamento bem como do anterior. Ora da parte do executivo camarário não tivemos as respostas que esperávamos a este assunto. De qualquer forma não deixamos de sublinhar existe de facto e sentiu-se uma preocupação por parte do executivo camarário em harmonizar aquilo que por um lado são os interesses do comércio local e também o das populações. Esse é um reconhecimento que o PCP faz.”*

Vogal Rita Baptista (BE):<sup>044</sup>

*“O Bloco de esquerda faz da sua primeira intervenção a sua declaração e voto. Acrescentado a bem de repor a verdade, tanto nesta Assembleia desde 2010 como na Assembleia da República, o Bloco tem apresentado por várias vezes projetos, moções e projetos de resolução, no sentido da alteração dos horários das grandes superfícies.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>045</sup>

*“O Movimento de Independentes Por Aveiro, votou a favor, com as reservas que constam da intervenção. Muito Obrigado.”*

### **PONTO 3 – Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 24/06/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>046</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

*“Muito obrigado. De forma muito simples, esta alteração regulamentar surgiu, basicamente, pela alteração legislativa respeitante ao alojamento local e que passou a ter um preceito de fim de taxa nos procedimentos de licenciamento. Aproveitámos também para pequenos ajustamentos e um, mais relevante, é o único relevante, em termos de valores, que foi, precisamente, uma redução muito forte no valor das taxas das esplanadas. Entendemos que o valor estava exagerado e há uma redução muito forte nessa taxa. São estas as motivações que nos levam a trazer esta proposta à Assembleia Municipal.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>048</sup>

*“Senhor Presidente de Câmara, salvo outra consideração sua, eu não fiquei com a impressão de que as alterações fossem aquelas que referiu.*

*Estamos a falar de alterações no capítulo V. Observando em relação ao capítulo V a formulação de 1.13 mantêm-se de facto (3 euros por dia), na relação 1.14 passa para 5 euros e há uma redação nova.*

*Depois neste 3.3 há um aumento!? “Quadro elétrico, ponto de luz e de água, extra por dia”. Passa de 25 euros no anterior regulamento para 90 euros no atual regulamento. Corrigir-me-ão se não for verdade.*

*Só para dizer o seguinte. Pode ser da minha interpretação, mas creio que não há só diminuições também há um aumento.*

*Tudo bem. Há que reconhecer aqui um esforço de contenção, há aqui diminuições de alguns encargos, há uma alteração grande noutra encargo, e esse com bastante uso por parte da população. Da forma que no primeiro ponto desta ordem do dia chamarmos atenção que nós não caucionámos o regulamento urbanístico do concelho de Aveiro, nós neste, a nossa posição é exatamente a mesma. Portanto é uma questão básica. Se não caucionámos o na altura também não caucionámos agora. De facto nota-se que há aqui uma descida de taxas, mas depois também há algumas que são subidas. Tenho dito.”*

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>049</sup>

*“Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, senhores e senhoras vereadores, senhores e senhoras deputados.*

*Estamos perante um regulamento que na sua nota introdutória ressalva a justiça que devem guiar estas Taxas, no que respeita a proporcionalidade, igualdade de acesso, capacidade contributiva e justiça social — e quanto a estes preceitos estamos de acordo.*

*O problema é que não estão vertidas no regulamento. Mais uma vez estamos perante um regulamento que abre a porta à arbitrariedade. Se não, atentemos às isenções.*

*Diz o artigo 7º, número 3 que cabe ao Presidente da Câmara decidir quem será isento, total ou parcialmente — e neste último caso qual a percentagem de isenção!? Invocando sempre o mesmo argumento vazio de critérios e totalmente parcimonioso do interesse municipal.*

*Mas vamos ao concreto. Soube-se há umas semanas de um festival a realizar em Agosto em São Jacinto, denominado Tuga Fest, em que a autarquia decidiu isentar a empresa promotora do evento de taxas municipais num valor que rondaria os 10.000 euros!?*

*Como vai o Senhor Presidente explicar isso aos detentores de esplanadas que todos os meses pagam essa taxa por ocupação de espaço público?*

*Como vai o Senhor Presidente explicar aos detentores de bares ou aos feirantes que pagam por licenças especiais de ruído, que este evento em particular merece a isenção das taxas que eles têm que pagar?*

*Como vai o Senhor Presidente explicar a uma associação cultural ou recreativa, que apenas têm direito a uma isenção parcial de taxas “a determinar pelo Sr. Presidente da Câmara”, somente e quando organizarem atividades que não sejam geradoras de qualquer receita ou compensação económica, e uma empresa promotora de eventos quer tem por objetivo obter lucros, é isenta dessas mesmas taxas?*

*Escolas secundárias, agrupamentos escolares, ONG's, quando ocupam um espaço público, em que haja bilheteira, 10% da receita reverte para o município.*

*O Bloco de Esquerda pergunta se o executivo também abdicou dos 10% devidos da bilheteira do Tuga-Fest. O Senhor Presidente tem demonstrado dois pesos e duas medidas. Que quando toca à ocupação do espaço público por uma entidade privada são só facilidades. No entanto, todos os 25 de Abril tenta boicotar as celebrações populares organizadas pela União de Sindicatos. Inaceitável.*

*Outra das falhas neste regulamento continua a ser a omissão da cobrança de taxas aos Bancos pela ocupação do espaço público. Não se percebe do ponto de vista financeiro. Temos o município a abdicar de receitas!?*

*Um engraxador paga ocupação de espaço público, quer tenha abrigo, quer não tenha. Uma vendedora de castanhas também paga a taxa. No entanto, um Banco não paga taxa de ocupação. Injustiça incompreensível.*

*Uma última nota quanto à falta de justificação de certas taxas. Exige a autarquia o pagamento de 70 euros de taxa por desfiles e cortejos e exige a circos, uma atividade polémica, sem consenso na sociedade, diretamente ligada ao uso e à crueldade animal apenas de 25 euros.*

*Sabemos bem qual é a posição do Senhor Presidente, pode rir-se porque sabemos bem qual a sua posição no que toca o bem-estar animal. O que é bem visível no que toca às taxas aplicadas a um suposto canil municipal, que sendo inexistente, não se esquece de cobrar taxas pelo abate de animais. A sua posição quanto a este tema Senhor Presidente não podia ser mais clara.*

*Em suma, o regulamento é injusto e é mais um exemplo de um regulamento em que grande parte das normas fica ao sabor da arbitrariedade das decisões de cada momento.”*

Vogal Carlos Barros (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[050](#)

*“Exma. Mesa, Caros colegas. Realmente isto acaba por ser uma adaptação à alteração legislativa. Uma alteração e um melhoramento. Mais uma vez se comprova que a nossa Câmara está atenta a alterar as condições dos municípios e as condições de quem tem que pagar taxas e licenças. Porque vamos analisar o regulamento e verificamos que até a maior parte das taxas desceram. Portanto isso é um chamariz para o investimento, é um chamariz para o nosso concelho de Aveiro ter mais movimento e realmente produzir muito mais. Realmente esta Câmara está atenta a todos os fatores e realmente este regulamento terá de ser aprovado. Muito Obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[051](#)

*“Senhor Presidente Senhores deputados. Este regulamento não nos merece muitas considerações uma vez que a discussão já foi feita antes da consulta pública. E o que é facto é que a consulta pública como era de esperar não deu em nada, enfim, sugestão. Há estas pequenas alterações decorrentes da lei e outras de pormenor que já foram aqui enunciadas, que não alteram a substancia do articulado, e portanto a nossa opinião não se altera em relação aquilo que dissemos no passado. É só.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[052](#)

*“Rita Batista. Eu, às vezes, tenho alguma dificuldade em percebê-la porque vive num outro mundo, vive num mundo diferente. Como gosto muito do meu mundo há coisas que eu não vou, agradeço o conselho do Dr. Jorge Nascimento, mesmo responder porque não quero viver no seu mundo. Não quero de todo. Mas duas ou três notas porque há questões que são, obviamente, pertinentes. Comparar o TugaFest com as esplanadas é um exercício que eu não consigo acompanhar. Só queria explicar que o TugaFest é um acontecimento de iniciativa privada que encerra um investimento financeiro de trezentos mil euros e que foi disputado por alguns territórios e os territórios para o acolherem têm que dar coisas. As coisas que nós temos para dar, não temos dinheiro para patrocinar, embora ajudámos a arranjar algum, nomeadamente num dos patrocinadores institucionais que é a Turismo Centro Portugal, é o mecanismo das taxas. Mas comparar isto com uma esplanada, de facto, não é possível, não há exercícios comparativos que não são sérios, não são objetivos e, portanto, não a posso acompanhar. E depois há contas que não percebi. O último Circo que licenciámos, que esteve ali ao pé do nosso Centro Coordenador de Transportes, que o será no futuro, onde está o Banco Alimentar e a base operacional da MoveAveiro, pagou mil e seiscentos euros de taxa. Portanto, não percebo a sua conta. Pagou mil e seiscentos euros de taxa, mesmo que tenha pedido isenção. Também não vimos ninguém fazer mal aos bichinhos, se tivéssemos visto ou sabido tínhamos ido lá intervir ou mandávamos lá uma autoridade intervir, se víssemos alguém fazer mal aos bichinhos. Não vimos.*

*Em relação aos eventos de ocupação do espaço público esta Câmara tem uma política coerente. Escolas que fazem actividades no domínio público - e fazem várias coisas como corta-matos, desfiles, etc.- , associações que fazem ações no domínio público – festivais de folclore -, Juntas de Freguesia que fazem tasquinhas evocativas do bom convívio e dos Santos Populares; etc. Para esta tipologia de ações nós decidimos isenção total de taxas. É a nossa política e é igual para todos. Não há uns que são os amigos do Presidente ou do Vereador, os que são do nosso partido e os que não são; há uma política e uma regra que estamos a executar com todo o rigor. Obviamente se é uma empresa privada que vem fazer ações publicitárias, e, felizmente, temos várias, vem e paga o que tem que pagar, ou uma entidade*



*que precisa de um equipamento e que tem um fim que não tem este interesse público, que não seja uma associação sem fins lucrativos com sede no nosso município, portanto, há uma grelha de critérios objetivos, paga a taxa.*

*Para o quadro elétrico, Filipe, que é uma coisa que nós procuramos não praticar porque temos poucos e precisamos deles, e em regra precisamos para as nossas iniciativas ou de parceiros nossos, qual foi o critério? Tínhamos um valor muito baixo, de vinte e cinco euros, e a entidade que trabalha isso a sério, que é a EDP, leva cem euros. E, portanto, o critério foi: se a EDP leva cem euros vamos colocar ligeiramente abaixo da EDP e pusemos nos noventa. Achámos que vinte e cinco era baixo demais e, depois, é uma área que nós não queremos praticar; não queremos mesmo. Ou quando praticamos é para um evento nosso ou para cooperação com associações culturais, juntas de freguesia, e a essas entidades não cobramos, isentamos a taxa. Passámos a ter regras de gestão desta natureza que já estão em despacho automático, como temos outras no uso do Centro Cultural, nos edifícios públicos; quem paga tudo, quem só paga uma parte, quem não paga nada, em que condições. Criou-se uma prática para haver regra, coerência e tratamento equilibrado para toda a gente.*

*Quanto à consulta pública que não dá em nada, Marques Pereira, às tantas é bom sinal. É sinal que os cidadãos concordam com o regulamento, estão de acordo com ele. Veja, temos que ser coerentes. Nós tivemos nos regulamentos dos horários muita participação de sentido contrário. Por exemplo, vocês não falaram, mas temos aí a participação da AHRESP que acha que deveríamos ser muito mais liberais. Falaram só dos restritivos mas também há na consulta outros em sentido contrário. Participaram porquê? Porque se interessaram e propuseram alterações. Neste não houve propostas nem alterações mas a AHRESP também podia ter vindo, a PSP podia ter vindo e todos os outros que vieram aos horários. A taxa de ocupação de espaço público tem uma relação imensa. Não vieram. Às tantas quer dizer que temos uma boa proposta.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE)<sup>053</sup>

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>054</sup>

*“Apenas para dizer que o TugaFest não ocupa espaço público. O espaço público é ocupado por uma esplanada; o TugaFest não vai ocupar qualquer parcela de espaço público. Vai ocupar um espaço que é de uma entidade pública, que tem uso público, mas que não é espaço público. Além de mais está murado, com um muro bem alto, com mais de dois metros de altura. Portanto, não compare alhos com bugalhos que dá asneira e que foi aquilo que, acabou de dizer outra vez.”*

**De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, sendo o mesmo aprovado<sup>055</sup> por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD14+CDS6+JPA3), sete abstenções (PS7) e dois votos contra (BE1+PCP1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>056</sup>

*“Faça a declaração de voto a intervenção que o PCP teve neste ponto.”*

Vogal Rita Baptista (BE):<sup>057</sup>

*“Faço da minha intervenção a declaração de voto, acrescentando que ficou por explicar os 10.000 euros de taxas que foram isentas a um promotor de eventos privados.”*

#### **PONTO 4 – Apreciação e votação da alienação de duas frações/lojas sitas na Urbanização das Glicínias.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 24/06/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>058</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>059</sup>

*“Descobrimos, por acaso, que somos donos de duas lojas na Urbanização das Glicínias, para se situarem, embora passe a publicidade partidária, são as duas lojas que ficam exatamente ao lado, contíguas, à sede distrital do PSD. Descobrimos por mero acaso que elas são da Câmara, confirmámos formalmente que são mesmo, e que derivaram de um protocolo, na altura, daquela operação urbana. As nossas leituras de mercado têm indicadores objetivos de que há interesses no mercado e fizemos a avaliação pela nossa comissão de avaliações interna e, usando esses valores, definimos a base para fazermos uma hasta pública e alienarmos este nosso património, porque entendemos que não utilidade para serviço público e achamos que poderá ter, achamos que vai ter, utilidade para operações privadas, em princípio de natureza comercial, que são o seu pressuposto base na operação de licenciamento daquela urbanização.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>060</sup>

*“Senhor Presidente, senhores deputados. Só tinha duas questões a colocar. A primeira, se o senhor Presidente de Câmara sabe como é que esses dois imóveis foram parar à esfera patrimonial do município?”*

*Segunda questão. Se o senhor Presidente de Câmara tem conhecimento de alguma promessa por parte do município em relação a alguma instituição em relação à eventual cedência desses dois imóveis? Tenho dito.”*

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>061</sup>

*“Uma primeira pergunta é saber se estas frações foram compradas ou foram contrapartida da construção da urbanização das Glicínias? E no caso de terem sido compradas de que valores estamos a falar?”*

*Se o argumento é a melhoria das contas da autarquia é difícil perceber porque é que se prefere a venda ao arrendamento? Alienação de património municipal não é um bom caminho. Numa perspectiva de futuro o que hoje não é utilizado mais tarde pode vir a ser. Onde mais numa zona crescentemente habitacional, há uma possibilidade de o estado ou a autarquia vir a precisar de instalações para serviços públicos nessa área, por exemplo. O que o Bloco de Esquerda não aceita é que não se opte pelo arrendamento pelo qual se obtém um rendimento calculado sem aniquilar património municipal.*

*Defendemos o arrendamento e o garante de instalações municipais que se de momento não necessárias num futuro podem passar a ser. Não nos cabe a nós decidir o que será o património coletivo no futuro. Disse.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>062</sup>

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>063</sup>

*“Muito telegraficamente, não creio que se justifique apesar de ter constatado agora que houve um voto contra na Câmara Municipal. A bancada do PS irá acompanhar a abstenção dos senhores vereadores, trata-se de um ato de gestão e creio que o Senhor Presidente está fundamentado para a venda de bens de investimento, porque de facto a conjuntura financeira se justifica e, portanto, não nos suscita objeção.*

*Mas não posso de fazer um reparo. E penso que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me acompanhará nesse reparo, que há aqui uma deficiência de instrução, que acredito não tenha sido voluntária, mas que quero chamar atenção. É que de acordo com os vários elementos que servem a instrução desta proposta referem que se trata de uma proposta de alienação conjunta de dois imóveis “entre parenteseis” não sendo possível a alienação de cada uma em separado!*

*Isto não me parece que seja rigoroso. Ou seja, há uma diferença entre conveniência e possibilidade. É possível alinear em separado (ouve-se vozes). Claro. Só que não é isso que consta da instrução do processo. Estou a chamar atenção convicto que estou de que se trata dum lapso de redação e chamava atenção do Senhor Presidente que o que está aqui referido “não sendo possível a alienação de cada uma em separado”. Eu tive o cuidado de ir ver as plantas e aparentemente pela sua reação confirma que é possível a sua alienação em separado. Não é possível!? Então fica essa explicação e agradeço então, porque parece que seriam duas frações pois são dois números de registo autónomos, mas aguardo então a sua explicação. Mas quanto ao mais, não temos quaisquer objeções.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>064</sup>

*“Não, não. É opção. Nós podemos pegar nas duas lojas e vendermos: hasta pública um, vamos fazer a venda da A; hasta pública dois, vamos fazer a venda da B. Separadamente. Quem dá por uma, quem dá por outra. A nossa opção é que vamos fazer uma hasta pública para vender em conjunto as duas lojas. Que são duas frações autónomas, mas que na hasta pública as queremos vender de forma única. Por isso o texto está correto. Portanto é opção.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):<sup>066</sup>

*“Mas o texto não está correto de acordo com a sua afirmação. Ou seja, estamos no plano da conveniência da opção e não da possibilidade ou impossibilidade. Abstratamente esqueça. Agora a questão em concreto é que cada uma destas lojas poderá ser vendida isoladamente. Pode ser um péssimo negócio mas é suscetível de poder ser vendida isoladamente? A Dúvida é essa.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>067</sup>

*“É possível mas nós, nesta hasta pública, não queremos que seja possível. É possível? É. Mas a nossa opção não é essa. A nossa opção é vender as duas no mesmo bloco.”*

Presidente da Mesa<sup>068</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[069](#)

*“Não é possível uma pessoa ir a esta hasta pública comprar uma das duas lojas. Não é possível. Essa referência está feita neste sentido. A hasta pública é feita para vender as duas num só bloco. Portanto, não é possível um cidadão ir à hasta pública comprar uma. Tem que ir lá comprar as duas em bloco (ouvem-se vozes). Sr. Dr. eu sou engenheiro embora este processo esteja feito por juristas. Acho que está correto e acho que não há qualquer dúvida neste processo. São duas lojas que vão ser vendidas de uma assentada num só bloco. Portanto, quem lá for não vai ter a possibilidade de comprar uma ou outra. Vai ter que comprar, ou não, o bloco.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Rita Baptista (BE)[070](#)

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[071](#)

*“Apenas uma nota técnica porque enfim, de resto já estamos entendidos que é contra a venda, nós somos a favor. Precisamos de vender mais, se souberem de alguém que queira comprar temos muito, queremos vender bem e estamos ao dispor. Alguém que saiba de investidores estamos ao dispor, temos património para vender e precisamos de vender. É muito importante vender.*

*Nem sequer temos capacidade logística para mantermos o nosso património bem. Nem sequer conseguimos, não é possível tanto é o património especialmente de terrenos. Nem sequer conseguimos manter sempre os nossos terrenos limpos e temos problemas por muitos sítios, em muitos terrenos. Precisamos de vender, precisamos mesmo de vender.*

*E arrendamento o mercado não está para aí virado. Mas só uma questão Rita. Não vale a pena porque estamos colocados ideologicamente em pontos completamente opostos. O procedimento de avaliação assume modelos técnicos e, portanto, se quiser que lhe propicie uma reunião com a nossa comissão de avaliadores para lhe explicar os vários modelos, a opção que eles tomaram, as equações, obviamente estou ao dispor. Tem a ver com relações técnicas que são feitas. Depois, que liberdade é que eles nos dão na dimensão técnica. É o tal intervalo; acham, da leitura do mercado, que há um intervalo que pode ser aplicado àquele valor. A nossa opção política é usar o máximo do intervalo para baixar o valor da avaliação de forma a que seja o mercado a fazer o valor final. É esta a montagem da operação.”*

**De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 4 – Apreciação e votação da alienação de duas frações/lojas sitas na Urbanização das Glicínias, sendo o mesmo aprovado[072](#) por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD14+CDS6+JPA3), oito abstenções (PS7+PCP1) e um voto contra (BE1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Rita Baptista (BE):[073](#)

*“Faço declaração de voto a minha primeira intervenção.”*



## **PONTO 5 – Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Câmara Municipal de Aveiro para a Gestão do Museu de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 24/06/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>074</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>075</sup>

*“Sr. Presidente, muito obrigado. De forma sumária porque já apresentámos este dossier, foi um dos temas principais do discurso que proferi na Sessão Solene do Feriado Municipal. Os considerandos da proposta são muito claros, muito profundos, não vou estar aqui agora a cansar-vos com a sua repetição. Apenas dar nota que entendemos esta proposta como muito importante. Ela é muito importante, em primeiro lugar, porque chegámos a acordo com o governo do país e isso é uma nota positiva, aproveitando o quadro legal que o próprio Governo criou, o Governo e a maioria parlamentar que o suporta, e fizemos um processo negocial que foi longo, complexo, mas que chegou a bom porto. Chegou a um acordo. Acordo esse, repito, que anunciei no dia 12 de Maio e que depois teve as composições das vírgulas e dos pontos, da composição plena do documento para ser alvo das devidas formalidades na Câmara e na Assembleia Municipal e a seguir o acto da sua assinatura e da sua entrada em vigor. Dar-vos nota de que para nós é um momento muito importante, é uma peça de importância muito relevante naquilo que queremos que seja a gestão da cultura, dos nossos principais valores culturais, naquilo que é a utilização dessa cultura para a política de promoção do nosso território, cidade, município e também região, e fazendo uma operação que integre mais o manuseamento dos seus principais valores, sabendo que temos competência técnica para assumir. Temos um acordo que, além do mais, traz dentro desse acordo a esmagadora maioria da equipa técnica do próprio museu que nos garante, desde logo, a base dessa boa operação gestão. Soma-se a essa a nossa própria equipa técnica, que tem gente de grande competência na área da cultura e, especificamente, na área da museologia. Desde logo a nossa própria chefe de divisão de Cultura, Turismo e Cidadania. Portanto, esta é uma operação que reputamos de elevada importância, na certeza absoluta que temos todas as condições para gerir muito melhor uma casa mais aberta, mais de todos e para todos, em que o seu contributo para a vida cultural, para a notoriedade dos nossos valores culturais, para a sua utilização, para a conquista de novos públicos utilizadores e, em primeira instância, para a promoção dos valores que temos dentro de casa para aqueles que estão dentro de casa, os nossos concidadãos, é uma aposta que reputamos de grande importância. Portanto trazemos à Assembleia Municipal esta proposta com grande alegria, estando disponíveis para o debate.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>076</sup>

*“Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, mais vereadores e deputados. Bem, começava esta intervenção por me referir à retórica existente em que se faz uma valorização da expressão da proximidade, que entra logo em contradição com aquilo que à pouco o Senhor Presidente de Câmara a respeito dos postos policiais e que considerava que dois postos era demais e que um chegava. Da mesma forma que há uma contradição quando o*

*senhor Presidente de Câmara se refere à notoriedade dos nossos valores e que considera que essa notoriedade com a descida do escalão (escalão salvo seja) do nosso Museu Nacional de Aveiro para Museu Municipal de Aveiro! De facto há aqui uma contradição que não se entende. Todo este processo é um processo que tem diversas questões que criam desde logo grande preocupação aos aveirenses, porque são questões que depois até suscitam alguma desconfiança.*

*Mas fazendo algumas considerações e também algumas perguntas. É óbvio que parece claro que há todo um patamar de exigência que um Museu Nacional tem e que um Museu Municipal não tem. E esta é desde logo uma primeira consideração que acompanhamos com uma pergunta. Como se realizarão, com que fundos e meios, se procederá por exemplo às obras de restauro e conservação, visto que isto eram responsabilidades que infelizmente a apenas Secretário da Cultura tinha? Digo infelizmente porque naturalmente um país que se quer assumir como tal deve ter um Ministério da Cultura e não uma Secretária de Estado.*

*Segunda questão. Como se fará a representação do futuro Museu Municipal (esperemos que não) junto das instâncias nacionais e até internacionais das redes museológicas? Que representação terá? Ou será que iremos ficar aqui remetidos ao aconchego da zona. A perda de visibilidade e investimento nacional com esta situação de afunilamento.*

*Pergunta ainda, como se assegura a capacidade de financiamento deste Museu quando se tem um Diretor apenas equiparado a um Chefe de Divisão? Mais ainda, como se fará e com que meios se fará a política de aquisição de obras e de futuros investimentos deste Museu? Ficaremos com o Museu como está, mais ou menos gerido ou será um Museu que adquirir obras, que se reforça, que se projeta no futuro. Mais ainda.*

*No contrato que nos é colocado há um conjunto de encargos com o programa de carreira dos seus funcionários que passarão para o município e que não estão previstos no quadro de pessoal, pelo entendimento que o PCP faz do contrato, que não estão naquilo que está nas competências os SEC.*

*Em nossa opinião esta passagem de Museu Nacional para Municipal é de facto um motivo de preocupação. É uma desvalorização do Museu. É a retirada do Museu de patamares de exigência de patamares até de visibilidade de importância nacional, o que de facto muito nos entristece e coloca-nos também algumas preocupações daquilo que é a introdução do documento em apreço. O conjunto, enfim, de eventuais parcerias futuras, suscitam-nos também algumas preocupações. Nós recordamos que estamos a falar de um património cultural em Aveiro de importância nacional. Que não sendo apenas Museu é um monumento ainda que seja objeto de culto religioso, não se poderá de futuro ter a lógica de puro culto religioso, desvalorizando toda a sua componente museológica, todo o papel de formação educativa dos valores de Aveiro, do passado de Aveiro, do património cultural que aqui também temos. Tenho dito.”*

Vogal Rita Baptista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[077](#)

*“Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, senhores e senhoras vereadores, senhores e senhoras deputados.*

*Todo este processo de municipalização do Museu de Aveiro começou pelo fim. Não existiu qualquer discussão pública, foi negada toda a participação cidadã. Não foi envolvida a comunidade académica e técnica. Um processo, mais um, feito nas costas da população. Esperamos aliás saber hoje a posição do Vereador da Cultura que faltou à votação.*

*Este processo denota desde logo a falta de consenso social. Foi por isso que tudo se fez em negociações de corredor entre o Presidente da Câmara e o Governo. Um processo guiado pela vontade do Governo PSD/CDS em desresponsabilizar o Estado pela Cultura e pelo Património.*

*Que fique clara a posição do Bloco de Esquerda. Votaremos contra a municipalização do Museu de Aveiro. Consideramos esta decisão um atentado contra Aveiro e contra o Museu. Um ato de experimentalismo e de desresponsabilização.*

*O Bloco de Esquerda apresentou aliás outro caminho. Apresentamos duas propostas. A primeira, uma avaliação técnica das coleções dos museus. E seriam esses resultados que aconselhariam a uma classificação de coleção local ou nacional — recusaram este caminho. Ao longo dos anos, vários especialistas tem dado conta da importância e da relevância da coleção do Museu de Aveiro.*

*No entanto a autarquia e o Governo decidiram algo que não compete ao poder político. É um péssimo exemplo do que poderá vir a ser a gestão do Museu de Aveiro.*

*A segunda proposta do Bloco era também essencial. A criação de um programa nacional de emergência para a preservação, promoção e acesso público do património cultural material e imaterial. Ou seja, financiamento para os museus no quadro da estratégia 2020. Infelizmente, PSD e CDS recusaram esta proposta.*

*E este voto é outro péssimo sinal para o Museu de Aveiro. Que garantias de fundos existem para o Museu? Que garantias de transferências plurianuais do Orçamento de Estado existem? Aliás, o contrato já abre a porta à redução de transferência de verbas da Secretaria de Estado da Cultura. E a autarquia usará esses fundos para outros propósitos?*

*Nada nos garante que daqui a poucos anos seja fechada a torneira. Aliás, a cláusula 27.ª prevê já a possibilidade a alteração do presente contrato. Bem sabemos como a cultura e o património têm sido maltratadas e secundarizadas neste país.*

*Queremos ainda que a autarquia clarifique a situação dos trabalhadores e de possíveis despedimentos agora e nos próximos anos. Também não podemos deixar de referir que os contratos de emprego inserção voltam ao domínio do Município e entendemos que trabalho não remunerado é inaceitável.*

*A capacidade financeira para trazer exposições temporárias para o Museu de Aveiro fica também comprometida com a reconhecida situação financeira da autarquia.*

*Ou como pretende a autarquia mover exposições, nomeadamente, o pagamento de seguro de transporte. Tem a Autarquia capacidade financeira para este tipo de procedimentos?*

*O Museu de Aveiro pode ficar fora das rotas nacionais, prejudicando imenso a sua atividade, a sua atratividade, e a sua promoção.*

*O Presidente deve também aqui explicar o que quer dizer com gerir o equipamento em parceria com a Irmandade de Santa Joana, a Paróquia da Glória, o Arciprestado de Aveiro, a Diocese de Aveiro, empresas e cidadãos!? Não é claro.*

*O Senhor Presidente tomou a dianteira de um processo reservado ao fracasso e mais uma vez quem perde são os aveirenses, a cultura, o património e a sociedade como um todo.*

*Apelamos a esta Assembleia Municipal, a todos e a todas as deputadas municipais, que se levantem e que defendam Aveiro. Não coloquem o Museu em risco. Não o queiram desqualificar. Apelamos a que esta proposta de Ribau Esteves seja chumbada.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[078](#)

*“Olhando para o Museu e fazendo um juízo, nós o que pensamos é que o Museu tem funcionado bem. É uma entidade que funciona perfeitamente, tem contactos internacionais, contactos com a comunidade local, com a comunidade religiosa, contactos com as escolas, participa em exposições internacionais e nacionais e tem intercâmbio a esse nível. Aliás, ainda recentemente este Museu foi qualificado por uma entidade acreditada. Assim, aprioristicamente não vemos razão para mudar este status. E Achamos que até de certa maneira envolve o que é que se troca? É que o que se diz neste preambulo deste contrato já tudo é satisfeito no nosso ver. Não percebemos bem porquê esta atração pelo Museu.*

*Questiono-me. Terá sido isto mais um lastro lançado pelo governo para desalojar problemas de responsabilidade, manutenção e despesas? Terá vindo essa na mesma linha porque veio também o famigerado FAM? O FAM (eu continuo a ter essa interpretação) veio nessa linha. O governo precisou lançar imposto e portanto serviu-se das Câmaras para por todos a contribuir mais e lançar mais IMI – mas pronto.*

*Então o que é que nós vamos receber em troca. Aparentemente nada. E gostaríamos que o Senhor Presidente respondesse a uma questão. Quem teve a iniciativa? Se é iniciativa do governo através do lastro de uma lei que depois puxa os cordelinhos da governação e depois atrai os prosélitos a desaligeirar a carga financeira do próprio poder — essa é uma questão para mim fulcral.*

*Depois o Senhor Presidente diz “vamos aumentar a frequência do Museu”. O que é que o Senhor Presidente pensa fazer para aumentar a frequência do Museu? É fazer lá eventos? É muito fácil aumentar a frequência do Museu. A Câmara organiza por lá uma festa de fim de ano e naturalmente consegue logo mais frequência, mas não é essa a vocação do Museu.*

*Mas isso é prejudicial às peças do Museu. É prejudicial à Cultura. Nós queremos um Museu com dignidade e para satisfazer as funções de um Museu.*

*Em segundo lugar o Senhor Presidente diz e está contratualizado que a Secretária de Estado assuma as despesas que o Museu atualmente faz. Mas nós sabemos como é isso. Isso é como na política laboral digamos assim, a integração dos subsídios nos salários, fica tudo acautelado. Mas depois a breve trecho está tudo desacautelado porque faltam os subsídios.*

*Eu imagino, que a breve trecho, isto de passar tudo para as Câmaras vai ficar também desacautelado. Passado pouco tempo o governo vai dizer, então o problema é vosso.*

*E aqui em Aveiro o problema é grave porque também entra no protocolo a transmissão das infraestruturas! E está lá um conceito definido, diz o contrato, que as infraestruturas são também o edifício do Museu. Ora o edifício do Museu traz manutenções permanentes, que julgo eu mesmo a precisar de obras neste momento. E nós sabemos que esta Câmara não tem meios. E mesmo os subsídios que venham têm de entrar para uma componente. Então eu pergunto em contraponto: não era melhor a câmara em nome do interesse municipal exigir do poder central que viessem fazer as obras? Mas nós não. A Câmara além de estar ela própria na gestão do problema, passa a ser gerida. Ou seja, passa a ser controlada. Porque nós vamos ter aí duas figuras no órgão de acompanhamento que vai ter custos?*

*Ou seja, a Câmara que tinha uma posição cómoda de exigir do poder central “venham cá e paguem” resolvam para o Museu continuar a funcionar bem passa a ser controlado por outro. A expensas nossas, com mais impostos municipais.*

*Como é que a Câmara pode resolver este problema? Eu acho que um Museu com características nacionais, acompanhado por técnicos a nível nacional, beneficiando do acompanhamento técnico em escala, funcionará melhor do que acompanhado por um técnico municipal por melhor que ele seja.*

*E o Museu ao ser desqualificado (o Museu baixou de nível) passou de Museu Nacional para nível municipal. Bem é o Museu da Câmara de Aveiro.*

*Depois, com isto, desde logo a Câmara aumenta o seu quadro de pessoal que, segundo o anexo são 16 trabalhadores que vão ingressar ao serviço da Câmara. Agora tem a desculpa que vem o dinheirinho nestes primeiros anos, mas depois deixa de vir.*

*E depois também está criada aí um conjunto de novos intervenientes na gestão do Museu!? Na quantificação que eu fiz são mais 4 pessoas novas a entrar. E pergunta-se: com vencimento e quanto? Quem paga? Isso também no contrato e nas transferências que estão previstas vir do poder central?*

*É uma opção. A Câmara tem naturalmente toda a legitimidade para fazer isto, mas também tem de arquear com a censura municipal. Com a censura dos munícipes e com a censura desta Assembleia porque eu muito sinceramente acho que isto não vai correr bem. Oxalá isso*



*não aconteça. Mas acho uma desnecessidade a Câmara tomar conta do Museu. Tem funcionado bem e dentro do velho princípio “equipa que está a jogar bem não se mexe”. E fico muito apreensivo quando o Senhor Presidente fez o gesto “e porque não lá uma festa de fim de ano”. Eu pergunto se os técnicos de museologia estarão de acordo com essa ideia. E pergunto também se as entidades que estão ligadas a isto, AMUSA, porque é que estão frontalmente contra esta posição da Câmara? Naturalmente são Amigos do Museu de Aveiro, moram em Aveiro, eles têm melhor opinião que eu seguramente. Eu pergunto ainda se foi o Senhor Presidente que conseguiu ou se lhe impingiram — eu estou mais pela segunda ideia. Obrigado.”*

Vogal Carlos Barros (CDS)<sup>079</sup>

Vogal Arminda Correia (CDS)<sup>080</sup>

Vogal Caetano Alves (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>081</sup>

*“Senhor Presidente, caros colegas. Eu mantenho a linha do nosso Partido e congratulo-me também com esta proposta deste executivo. Se se enquadra nesta aposta que já conhecemos da Cultura e do Turismo que se propõe no investimento na qualificação e promoção dos valores relevantes de turismo e de lazer e que tem por base (e já foi falado) os valores identitários de Aveiro e dos Aveirenses.*

*Esta futura gestão municipal do Museu de Aveiro (Nacional, Regional, Municipal, tudo o que se quiser) advém deste contrato de delegação de competências que foi aprovado na Câmara e que do ponto de vista é de relevância capital. Em primeiro porque acredito que só nós os aveirenses sentimos aquilo que são os nossos valores e o que nos distingue perante outras cidades e regiões. Por exemplo, o Túmulo de Santa Joana, inserido no Mosteiro de Jesus que é designado por Museu de Santa Joana ou também por Museu de Aveiro, é lugar de visita turística, histórica ou científica, mas também é um lugar de culto — apesar do PCP não considerar isso uma grande coisa.*

*Esta gestão só tem eficácia compreendendo todas as vertentes. Nomeadamente a científica, turística, histórica, cultural, a de representação social e religiosa. E, só o fazendo de forma integrada nós conseguiremos ter efetivamente um Museu como espaço específico da cultura integrando todas estas variáveis.*

*Por isso, ninguém melhor que nós aveirenses a traves do nosso órgão de gestão que é o município, conseguiremos este desiderato.*

*Por outro lado, um Museu com esta representatividade tem de congregar vontades e ser uma força centrífuga de interesses. E também, só uma gestão desta natureza consegue reunir agentes turísticos fundamentais para a atratividade de visitantes. Com as Associações da AMUSA, da ADERAV e outras. Com a Diocese e as forças religiosas como a Irmandade de Santa Joana por exemplo. As instituições educativas, as empresas, e outros stakeholders com interesses em tomar o Museu de Aveiro como pólo dinâmico, interativo, e relevante pelo seu posicionamento internacional na divulgação daquilo que nós os aveirenses nos orgulhamos, do nosso passado e também das nossas crenças.*

*A gestão integrada de todos os Museus de Aveiro passará com certeza a ter maiores níveis de eficiência, racionalidade e com consequências evidentes em termos orçamentais, que são naturalmente bons para o município e bons para o país.*

*Eu não tenho nenhum problema com a gestão municipal. Considero a gestão municipal tão boa como a gestão regional. No caso de Aveiro acho-a até melhor que a gestão nacional. Eu lembro três questões que me parecem ser exemplos interessantes da vantagem da gestão municipal. A primeira que nós sentimos em Aveiro é a gestão municipal dos Canais da Ria.*

*Desde que passámos a gerir a questão da navegabilidade e a gestão dos Canais conseguimos transformar os nossos Canais no ex-libris da Cidade não só do ponto de vista turístico, como da imagem nacional e internacional que hoje é talvez a fotografia mais relevante de Aveiro.*

*Isto pode fazer-se uma resenha histórica, mas efetivamente passa a ser um ex-libris a partir de que o município passou a gerir a atividade nos canais. Eu vou dar um exemplo que para mim é um grande exemplo que é o Museu Marítimo de Ílhavo. É o Museu dos ilhavenses para o mundo. Conhecido mundialmente pela sua especificidade temática e com uma interatividade didática que atrai escolas de todo o país e mostrando o legado histórico que orgulha as gentes de Ílhavo — e é uma gestão municipal.*

*E vou dar um outro exemplo aqui. É a Casa Museu Egas Moniz em Avanca. Só para dar exemplos aqui à nossa volta. Mais um Museu de especificidade temática, com uma referência histórica e científica e de gestão municipal.*

*E agora os Senhores querem saber quem é que tem mais visitantes (não é fácil andar à procura deste números) mas eu consegui encontrar que o Museu Marítimo de Ilhavo é o Museu mais visitado do Distrito de Aveiro e está no grupo dos dez por cento dos museus mais visitados em Portugal. O Museu de Aveiro não tem estatística, mas encontra-se na Direção Geral de Património que diz que em 2012 teve 9 mil visitantes!? Provavelmente haverá outros números que não consegui encontrar, mas estes são os números que estão disponibilizados.*

*Eu não sei o que é uma descida de escalão! Só conhecia isso do futebol. Mas já aqui ouvi falar de descida de escalão. Eu preferia estar no primeiro escalão municipal para que toda a gente me conhecesse e eu pudesse partilhar aquilo que tenho para partilhar com os outros. É evidente que temos um espólio fantástico no Museu de Santa Joana, temos um edifício que teve obras interessantíssimas que conseguiram recuperar o Museu (até parece que nós não podemos ter opinião só os técnicos). Eu já lá participei em dois jantares, uma gala e um show de moda. Se isso contar como visitantes de facto naturalmente aumenta, não sei.*

*Mas acho fora do razoável termos um edifício com esta plenitude para ser gerido nacionalmente com responsabilidades regionais, para nós podermos ir jantar — acho fantástica esta gestão.*

*Eu espero que do ponto de vista municipal as coisas não sejam assim.*

*Bom, eu estou aqui para dar a luta para que os cidadãos aveirenses não tenham uma gestão tão nacional da saúde, da educação, e que possam usufruir com maior qualidade de vida das instituições que deveriam ser geridas por si, obviamente de âmbito nacional. Muito obrigado.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[082](#)

*“Nós manifestamos, não é surpresa para ninguém, uma frontal oposição a esta proposta. E entendemos que ela vai no sentido diametralmente oposto ao que melhor serviria no nosso entender interesses de Aveiro e do Museu de Aveiro.*

*Quero começar por dizer que não corresponde à verdade que o Museu de Aveiro tenha vindo a degradar-se de há anos a esta parte e que parte que hoje experimentamos no Museu a desconsideração do Poder Central tenha sido recorrente. Ela está datada. Eu quero recordar que e na defesa dos interesses de Aveiro não quero sequer ligar a questões de natureza partidária ou governamental, mas a verdade é que o anterior governo dotou o Museu de Aveiro de uma obra notável de autoria do Arqto. Alcino Soutinho, que o projetou, o tornou capaz de ambicionar reconhecimento nacional.*

*A verdade é que há um antes e um depois dos vários milhões de euros que foram investidos.*

*Ora em 2012 (há quem esteja esquecido nesta sala) o atual governo resolveu desconsiderar o atual Museu Aveiro, deixando de o fazer constar entre os 28 Museus que eram geridos pelo*

*Instituto de Museus e de Conservação e de o ter relegado para a Direção Regional de Cultura do Centro. Aliás, quero recordar que na altura eu tive a oportunidade de questionar o Senhor Secretário de Estado sobre essa questão e a resposta oficial que me deram era que não tinha qualquer razão, que o futuro do Museu de Aveiro permaneceria dentro dos organismos da Administração Central do Estado. Era essa a resposta em 2012.*

*E esta Assembleia Municipal (à qual eu não pertencia) presidida pelo Exmo. Dr. Miguel Capão Filipe, viu aprovada uma Moção por unanimidade, com a presença de alguns que ainda estão aqui neste debate, lida pelo Prof. Jorge Carvalho Arroteia (que cumprimento), em que chegando a pedir a demissão de todos os responsáveis políticos que haviam cedido a esta despromoção, referia no ponto 5 dessa Moção aprovada por unanimidade, repito, que o Governo tinha vindo a permitir que o Museu de Aveiro fosse institucionalmente despromovido a Museu Regional. Estranho que quem ficasse descontente com a despromoção nível Regional fique contente com a despromoção para nível municipal para usar a terminologia da Moção, que repito, à qual eu sou totalmente estranho e portanto, a redação não me é imputada.*

*Relativamente às questões que hoje nos trazem, eu queria recordar que qualquer um dos 308 concelhos deste país pode ter um Museu no seu território, razão pela qual existem em Portugal perto de mil Museus. Porém, julgo que é incontroverso, julgo que ninguém contestará, que um número muito reduzido desses Museus pode pela qualidade do seu acervo aspirar ao reconhecimento como Museu Nacional.*

*Reportando-nos à letra da lei-quadro dos museus portugueses, vemos que todo museu municipal será todo aquela ao qual o município, seja qual for, autoriza a utilização dessa denominação. Enquanto que denominação de nacional só pode ser utilizada por um número muito reduzido de museus, assim classificados pelo titular da pasta da Cultura e ultrapassado o crivo da audição obrigatória do Conselho de Museus que se tem de pronunciar.*

*Decorre da lei aquilo que nós podemos ter como axioma. Ou seja, todos os Museus Nacionais são-no devido à extraordinária qualidade do seu acervo não existindo nenhum com essa denominação que não a ostente. É verdade que há Museus que não tem qualidade para serem Museus Nacionais, mas não há nenhum Museu Nacional que não tenha qualidade e dignidade para o ser.*

*Não se trata assim, manifestamente, de uma destrição irrelevante ou pouco significativa. Ao contrário, a denominação de Museu Nacional corresponde ao público e nacional reconhecimento da qualidade do Museu que deste modo se destaca da maioria dos demais.*

*Um município ou alguém que rejeite ou desvalorize a possibilidade de ver reconhecido um seu Museu como museu nacional, das duas uma: ou esse museu não tem a qualidade de ser reconhecido como tal, e caso como a raposa da fábula pode desvalorizar isso alegando que “afinal são verdes” ou então não faz a menor ideia do que é a realidade museológica nacional.*

*Ora no caso do Museu de Aveiro, a qualidade do seu acervo fá-lo manifestamente capaz de ombrear com aqueles que hoje ostentam a designação de Museu Nacional. Quando nós vemos neste contrato de delegação de competências um dos seus objetivos estratégicos, no seu artigo 6.º “a coordenação entre os diferentes museus existentes no concelho” eu preferiria que essa coordenação fosse feita entre os diversos Museus Nacionais.*

*Não será por acaso que não há no país uma única associação amiga dos museus que de uma forma ou de outra aspire, ainda que entre tantos casos somente em sonhos, a ver o seu museu reconhecido como Museu Nacional. Recordo que em Portugal, fora da capital, há apenas três Museus nacionais. Soares dos Reis no Porto, Machado Castro em Coimbra e desde há poucas semanas o Grão-Vasco em Viseu.*

*Ora em cinco de março deste ano, os deputados do PS, entre os quais me incluo, mas sobretudo onde se inclui aquela que foi até à data a única Ministra da Cultura dum Governo*

da República (e é significativo que tenha querido assinar essa proposta), apresentou um projeto de resolução que com vasta fundamentação concluía recomendando ao Governo que procedesse à abertura do procedimento de reclassificação do atual Museu de Aveiro para Museu Nacional de Aveiro.

Apesar de ter sido expressamente invocado pelos proponentes que da lei não decorreria que uma gestão municipal colidisse necessariamente com o processo de reclassificação como Museu Nacional, a verdade é que os deputados do PSD/CDS não foram sensíveis a tal argumento e defenderam exatamente o contrário. Isto é, que a classificação como Museu Nacional iria impedir a sua gestão pelo município. Qualquer dúvida podem consultar a ata dessa reunião.

Ora nós entendemos que, Aveiro, diferentemente do que sucede com a esmagadora maioria dos municípios, pode aspirar a ver um seu museu reconhecido como Museu Nacional — distinção que até hoje apenas sucedeu com as cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Viseu. Entenderam porém, PSD/CDS que essa classificação obsta à sua gestão por parte do município. Ora, se como entendem PSD e CDS que uma classificação como Museu Nacional impede a outra (a gestão pelo município) nós não hesitamos em hierarquizar as prioridades. Nós queremos ver o Museu Santa Joana como Museu Nacional e como tal rejeitamos todo e qualquer procedimento que a tal obste. Não poderemos deixar de votar contra a menorização do Museu de Aveiro. Votaremos contra a falta de ambição cultural e votaremos obviamente contra este protocolo. E não desistiremos de ver a promoção do Museu de Aveiro como Museu Nacional de Aveiro.

Mas se até agora as críticas incidiram sobretudo sobre a falta de política cultural deste governo, eu não posso deixar também de manifestar alguma apreensão — isto são questões de princípio.

Agora passemos a questões concretas que não são prejudicadas pela questão de princípio. Relativamente a esta questão em concreto do protocolo, eu não posso deixar de manifestar a profunda apreensão de o município aceitar valor de referência de financiamento o ano de 2014!? Ou seja, o município aceita para receber a gestão do Museu de Aveiro, que o Estado custeei o que custou o funcionamento do Museu de Aveiro no ano de 2014.

E tenho a maior apreensão porque é sabido que o ano de 2014 constitui o ano em que mais baixo valor de despesa atingiu nos últimos anos. É, aliás, um traço comum ao sector público e teve especial incidência no sector cultural. E é portanto, com um valor muito próximo da subsistência, para não dizer indigência, que o município conta para financiar o Museu.

Obviamente deveria ter uma verba superior ao montante que protocola. Porque estamos a falar, todos nós temos conhecimento, não vale a pena narrar alguns pormenores pouco edificantes, mas sabemos de repartições que os funcionários para se servirem das instalações sanitárias tem de trazer alguma coisa de casa, isso sucede também com os equipamentos culturais e sucede no exercício de 2014. E há também uma questão muito concreta que, se eu a sei o Senhor Presidente a conhece também, e que é uma particularidade pouco agradável. Como sabe o Museu de Aveiro no ano de 2014 gastou em fornecimento de gás menos de 10 euros por mês. Isto seria muito razoável, mas sucede que o gastou porque teve durante todo o ano de 2014 desligado o sistema de AVAC. Equipamento esse que custa em funcionamento cerca de dois mil euros por mês.

Portanto esta disparidade brutal acontece, porque dizem, “esteve avariado todo o ano”. As más-línguas referem que não houve verba para o por a funcionar durante o ano. E como compreenderão que as consequências de ter um sistema destes desligado são fatais para parte do acervo. Portanto é imperativo que ele volte a funcionar. O que quer dizer que a autarquia terá de suportar mais uma despesa que devia ter sido assegurada na transferência financeira do município.

*Repito, são questões já de concretização do protocolo. Protocolo esse que nós nos opomos nos termos em que referi.*

*Entendo que o que interessa ao município de Aveiro, à cidade de Aveiro, era lutar para que o Museu fosse erigido à categoria de Museu Nacional. Aliás, essa é a pretensão da AMUSA o que faz interrogar quem refere que a razão de ser da municipalização é deve ser gerida por quem ama esse espaço. Ninguém contestará que a AMUSA tenha um particular carinho pelo seu Museu e, portanto, esse argumento manifestamente não colhe.*

*E para finalizar, em termos de argumentos, Senhor Presidente devo dizer, não sei se senhor ou senhora deputada que quando protestamos algo de muita coisa, algo de muito óbvio, é porque não o sentimos. Então não sei como qualificar o ponto sétimo dos considerandos quando parece que o Senhor Presidente mesquinha o Museu de Aveiro em termos poucos próprios. Ou seja, quando refere que os valores culturais preservados e promovidos no Museu de Aveiro são de elevado valor, mas a Câmara Municipal de Aveiro é gestora de valores muito mais valiosos do que o Museu de Aveiro e de que o primeiro e principal é o próprio Museu de Aveiro, isso parece-me evidente. Ou seja, é óbvio que o maior valor preservado pela autarquia de Aveiro é o próprio município. Isso vale para qualquer realidade e também para o Museu. Portanto parece que está aqui, desculpar-me-á, está aqui quase para desvalorizar o que acaba de receber e isso era escusado. E com isto tenho dito. Muito obrigado.”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>083</sup>

Vogal João Barbosa (PS)<sup>084</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>085</sup>

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)<sup>086</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>087</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>088</sup>

*“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Deixem-me pegar nesta ideia do Prof. Henrique Diz para lhe somar uma outra. É que para além de estarmos aqui com duas visões profundamente distintas das funções do Estado e da sua gestão, estamos também com duas coisas profundamente distintas no que respeita à matéria que está em causa. Há aqui uma parte das pessoas preocupadas com o estatuto e há outra parte das pessoas preocupada com a matéria e com a sua gestão. Aqueles que estão preocupados com o estatuto estão fora do exercício que está em causa neste processo. O Museu de Aveiro nunca teve estatuto de Museu Nacional e, portanto, não está em causa o estatuto. O que aconteceu ao Museu de Aveiro é que já foi gerido por uma entidade sediada em Lisboa e com escala de gestão nacional; o que acontece ao Museu de Aveiro é que é gerido por uma entidade com sede em Coimbra e com escala de gestão regional; e o que queremos que passe a acontecer ao Museu de Aveiro é que seja gerido por uma entidade com escala de gestão municipal sediada em Aveiro. Nada disto tem a ver com estatuto. Aqueles que acham que aquilo que tem escala de gestão nacional é mais importante que ter escala de dimensão regional e, sucedendo-se na hierarquia do estatuto, que tem escala de dimensão municipal, é uma visão das coisas que, no que me respeita, é inversa à minha ordem de factores e à minha ordem de valores. Mas não é só a minha. Quando hoje nós vamos conhecer os países mais desenvolvidos do mundo a maior parte da coisa do Estado, ou das coisas do Estado, incluindo as funções e a receita, são geridas pelos poderes locais. Estamos a falar de saúde, estamos a falar de educação, etc. Esses é que são os atrazadinhos, porque são os poderes locais que têm mais importância na gestão da coisa do Estado e das funções do Estado? Estão aí para nós vermos; é exactamente o contrário. Portanto, essa é uma visão, obviamente, respeitável como todas mas não está*



posta em cima desta discussão. E eu ainda não percebi, e já me retirei do empenho em perceber, porque é que alguns aproveitaram esta circunstância para fazerem a discussão do estatuto e não a aproveitaram para fazerem a discussão da gestão. É pena.

Alguém aqui disse, julgo que a Susana Esteves, que quando se geriu à escala nacional, sediada em Lisboa, ou quando se geriu à escala regional, sediada em Coimbra, não resolvemos problemas relevantes, não demos notoriedade, não tornámos o Museu numa peça importante na comunicação da cultura nacional, da cultura local, do elemento Santa Joana ou de outros elementos. Não tornámos. Então porque é que não aprofundamos a questão da gestão? Porque é que foi neste período desde que iniciámos a negociação com o Governo, em julho do ano passado, que, por exemplo, a direcção regional gestora mudou de director? Porquê? Ou seria porque a mudança de direcção era porque a anterior directora era muito contestada por algumas forças aveirenses, nomeadamente a nossa Associação de Amigos? E porque é que nunca pensaram nisso antes de nós termos assumido esta opção política? Estranho, não é? Estranho talvez não seja mas curioso é, seguramente.

O Dr. Jorge Nascimento colocou uma questão que é, obviamente, interessante e que é bom deixar claro. Porque é que isto apareceu? Ninguém nos impinge coisa nenhuma porque não pertencemos ao grupo dos cidadãos que recebem as coisas porque alguém as impinge. Mas há uma verdade objetiva. Há um elemento base que despoleta isto, um desafio, uma proposta, do Governo português que em dois mil e doze pensava aquilo que o Filipe leu mas que evoluiu no seu pensamento e na legislação que produziu. Aliás, bons exemplos daquilo que eu sempre digo: a fase negra do actual governo no que respeita ao Poder Local e depois a fase solar do mesmo Governo desde que foi capaz de mudar de ministro responsável pela área, embora não exatamente por mérito do primeiro mas do em causa que se demitiu. E a questão é que foi o Governo que, no seu processo de governação, entendeu que tinha que dar um passo na descentralização, de uma forma inovador e que nunca se tinha visto em Portugal. Está percebido que as forças do centralismo em Portugal são brutalmente pesadas, os governos entram todos descentralistas e saem todos mais centralizados do que quando entraram, todos, e este Governo, na sua fase solar, porque assim não foi na sua fase negra no que respeita ao Poder Local, toma uma decisão: nós só lá vamos com passos de descentralização a sério se conseguirmos fazer projetos-piloto. E escolheu quatro áreas, nestas áreas chamadas áreas sociais: educação, saúde, cultura e acção social. Desafiou municípios, lançou o desafio de forma aberta, e quem quis foi a jogo. Quem quis. É um processo que nasce de uma opção política que nós entendemos sensata e inteligente porque o centralismo em Portugal tem um poder violento; o dos generais e, especialmente, os dos sargentos. Aqueles que nas Direcções-Gerais e nas direcções-regionais condicionam de forma excessivamente forte a decisão dos políticos e dos eleitos. E o Governo toma esta decisão muito sensata, na qual eu e muitos autarcas portugueses, que não os socialistas, os socialistas comandados pelo aparelho, porque há socialistas livres desse tipo de constrangimento e que vão assinar no mesmo dia que nós assinamos, falando da nossa região de Aveiro, o meu colega presidente da Câmara Municipal de Águeda estará na mesma cerimónia que eu, a assinar no caso da educação. Portanto, é uma aposta de descentralização com projetos-piloto para nós podermos executar, testemunhar, e fazer análises comparativas entre o modelo da gestão descentralizada de certas funções do Estado gerido por esta componente do Estado que é o Poder Local em contraponto com a gestão do Estado, da outra componente do Estado, o Estado Poder Central. Entendemos que é uma oportunidade muito interessante. Ainda bem que o Governo deu este passo, foi um bom passo, e nós queremos ser parte. Mas o querer ser parte tem aqui uma outra componente. É que nós achamos, o Dr. Jorge Nascimento usou na sua primeira frase, que o Museu funciona bem. Sim... só que apenas achamos que ele pode funcionar muito melhor. E o muito melhor não é tanto naquela matéria, naquela perspectiva intrínseca, da qualidade objetiva da sua

*gestão. Também é aí, claro, mas é muito no papel daquele elemento na gestão da nossa cultura, na promoção do nosso território, em usarmos aquilo não para ser o elemento de alguns mas o elemento de todos, não para ser uma casa austera em que os valores estão lá guardadinhos com grande tecnicidade mas para ser uma casa aberta, com qualidade na sua gestão técnica e com a assumpção da coragem de estar na rua com todos os outros valores de cultura que tornam esta terra diferente e usarmos esses valores de cultura que a tornam diferente para termos a linha da frente da nossa estratégia de promoção e de marketing territorial.*

*O Caetano Alves deu um exemplo muito feliz, que é outro elemento de cultura em que se misturam a cultura e os valores ambientais, que toda a gente reconhece que a mudança de gestão é um elemento de mudança de uma importância capital. É evidente que é muito interessante analisar esta questão dos canais urbanos porque quando a gestão passou do Estado Central para a Câmara Municipal, houve uma altura que não passou nada, passou o granel, confusão, fizeram-se coisas com os pés, etc. Teve um momento inicial bom, depois foi o descambar total. Agora, quem está atento, toda a gente reconhece que já há uma gestão de qualidade. Pusemos ordem, fizemos concursos, estamos a fazer obra, estamos a promover, fomos à BTL, etc. Já toda a gente reconhece isto. Isto para dizer o quê? Que a passagem da gestão nacional para a municipal foi positiva, mas que é sempre a qualidade da gestão que faz a diferença. Não é o sítio onde está a gestão, é a qualidade dela própria que faz a diferença. Esta lógica de que se está entregue a uma entidade nacional faz bem e se estiver entregue a uma entidade regional arrisca-se a fazer mal é uma lógica absurda que o Poder Local há muitos anos, em Portugal, comprova estar errada. Eu percebo que no nosso município isto não esteja assente porque a gestão dos últimos dezasseis anos teve nota profundamente negativa. Portanto, nós ainda não estamos num patamar de gestão com qualidade suficientemente alta para percebermos bem pela prática da nossa mão que gerir com sede no município pode ter muito mais qualidade do que gerir com sede numa região que é puramente administrativa, não tem nada de político, como sabemos, ou num país. É por isso que esta outra dimensão é a dimensão que está aqui em causa. Nós dissemos que a matéria do estatuto não nos merece desprezo. Não. Mas nós não escrevemos uma palavra sobre isto. E porquê? Porque essa matéria não é prioritária. Acharemos um dia que valerá a pena trabalharmos esse dossier? Sim, mas essa é a matéria, hoje? Nada. Nada. Queremos dar vida, queremos colocar no mapa, queremos colocar na tal gestão integrada dos nossos valores culturais que são centrados na promoção do nosso território. É isto que nós queremos. Estatuto... meus amigos é bom percorrermos o mundo. Estão a falar com um cidadão que, como autarca, percorreu o mundo a estudar museus porque nunca na minha vida assumiria a responsabilidade de executar um investimento de dez milhões de euros em museologia sem correr o mundo. Mas peguem nas vossas viagens e vejam, tentem perceber, quem é a entidade gestora dos museus onde vocês já estiveram ou dos quais já ouviram falar. Vocês vejam se há algum cidadão percebe quando vai à maior parte dos nossos bons museus, estou a falar do Museu Marítimo de Ílhavo que é, de longe, o melhor museu da nossa região, em tudo. As pessoas quando entram sabem quem é o dono ou quem é a entidade gestora? Perguntem aos visitantes, quando saem do Museu Marítimo de Ílhavo, se sabem de quem é isto? Ou quando vão ao Guggenheim, em Bilbao; ou quando vão ao Museu Nacional do Mar, a Londres; ou ao de Copenhaga; ou ao Municipal Marítimo, de Barcelona; perguntem à malta se alguém percebeu quem é a entidade gestora. Mas em Portugal, no Museu de Aveiro, percebemos qual é a entidade gestora. Porquê? Porque não há dinheiro para ligar o AVAC, porque não há dinheiro para pagar o gás, porque não há dinheiro para fazer programação, porque não há jeito para fazer mecenato cultural e trazer empresas ao trabalho. Em Portugal e infelizmente no Município de Aveiro, no Museu de Aveiro, percebemos quem é a entidade gestora. Um dos nossos objetivos é que se deixe de perceber quem é a entidade gestora. É que*

*se passe a perceber o valor cultural ou os valores culturais que ali estão. É que se passe a perceber o papel que este, junto dos outros, tem para cumprir para que os de cá sejam mais felizes e os que cá vêm gostem mais de cá vir e os que ainda não vieram possam ser aliciados a vir cá. Este é o exercício. Por isso, eu não posso ter uma nota de discordância com quem está na discussão do estatuto do Museu, mas apenas uma nota de assinalamento de fora-de-jogo porque o que está em causa não é isso. O que está em causa não é isso. E o que chocou os aveirenses, da nossa Assembleia Municipal, da nossa Câmara, dos nossos partidos, os nossos deputados, quando o Governo, em dois mil e doze, tomou a decisão que tomou não foi a sua despromoção de estatuto; foi a passagem de uma entidade de dimensão nacional sediada em Lisboa para uma entidade de dimensão regional sediada em Coimbra. Portanto, esta é uma aposta central de elevada importância estratégica em que algumas das atitudes que foram muito conservadoras e que permitiram que o Museu tenha muito poucos visitantes e tenha muito pouco notoriedade. Quantas pessoas conhecem Aveiro porque há aqui o Museu de Aveiro e o Museu Santa Joana? Quantas? E agora faço a mesma pergunta: quantas pessoas conhecem Ílhavo porque há o Museu Marítimo de Ílhavo? Quantas pessoas conhecem Bilbao, referenciam Bilbao porque tem o Museu Guggenheim? Quantas pessoas referenciam Aveiro porque temos o Museu de Aveiro, Museu Santa Joana? É muito importante, nesta fase da nossa vida, sermos objetivos e, de facto, pegarmos nos nossos valores e na nossa matéria e moldarmo-la para que ela tenha mais valor e nos seja mais útil e deixarmos aquela bafienta atitude do estatuto porque o estatuto não faz ninguém feliz, porque o estatuto não traz nem mais um visitante, porque o estatuto não nos permite arranjar dinheiro para ligar o AVAC. Portanto, esta discussão, excelente, que aqui estamos a ter a nós só nos motiva ainda mais a dar este passo, na certeza absoluta do que dissemos à nossa Directora Regional, ao Sr. Secretário de Estado e à equipa da Direcção-geral do Património Cultural, que connosco fez este trabalho: “vamos precisar de vocês”, não só para a comissão de acompanhamento, Dr. Jorge Nascimento, que já está instituída, mas para trabalharem connosco em equipa na rede portuguesa de museus. Estamos todos na rede portuguesa de museus. Aliás, temos mais um que é o nosso Museu da Cidade que recebeu despacho há duas semanas de integração na rede portuguesa de museus, fruto da competência do nosso trabalho, da nossa equipa técnica, da nossa gestão política e, obviamente, do trabalho da relação institucional que se tem que ter e fazer para que as coisas aconteçam. Estamos na mesma rede portuguesa de museus. Esta é uma atitude muito positiva e nobre.*

*A falta do Vereador Miguel Capão Filipe a uma reunião de Câmara, que foi explorada de várias maneiras, hoje tivemos mais uma mas já vimos outras, não tem nada a ver. Somos uma equipa séria e civilizada que quando manda um dossier para a Câmara o dossier é de todos nós que governamos e não de um de nós. E quando alguém falta, e se forem ver as actas de vez em quando falta alguém, e mesmo que alguém falte e tenha lá uma proposta sua, não faltou para fugir da sua própria proposta ou para a não votar. Faltou porque tem um outro compromisso institucional, porque está de férias ou porque teve um impedimento qualquer. Nós não pertencemos ao grupo dos que faltam por birra. Nós pertencemos ao grupo os que trabalhavam em equipa de forma séria e empenhada para que resolvamos os problemas que encontrámos na nossa Câmara e para que coloquemos rapidamente o nosso Município em todos os bons mapas e, muito especificamente, naquele mapa da notoriedade pública que assenta na boa gestão e assenta na boa utilização dos valores culturais e ambientais, que são os principais e fazem a diferenciação da personalidade de uma terra.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>089</sup>

Vogal Rita Baptista (BE)<sup>090</sup>

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)<sup>091</sup>

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>092</sup>

*“Respondendo às questões que tinha deixado para esta segunda nota, do Filipe Guerra e da Rita Batista, dizer o seguinte. Os fundos base vêm do contrato, depois temos os fundos complementares. Perceberão que há coisas que nós temos que dizer só depois do dia da assumpção da gestão. E de onde é que eles virão? Há uma parte, neste processo, que fica para o processo, como em todos os processos. Este processo teve, e vai ter até ao dia em que assumirmos a gestão, mecanismos de contrapoder, de tudo se fazer para que isto não seja possível, muito complexos. E, por isso, temos mesmo que ser reservados nalgumas matérias, pelo menos até ao dia da assumpção da gestão. Embora, para mim, haja algumas matérias que ficarão com o processo porque há muita coisa não nobre que aconteceu neste processo. Portanto, temos que ser cuidadosos, reservados, porque só temos um objectivo: gerir bem esta fase em que estamos e muito especialmente gerir bem a fase em que queremos estar com a assumpção da titularidade da gestão do Museu de Aveiro. Isso é mais importante do que tudo e de algumas vontades que nos dão de contarmos certas histórias e o papel de certa gente, mas, obviamente, como o desnível de importância é tão grande a prevalência do que está em causa e daquilo que queremos fazer com a gestão são muito mais importantes. Vamos aceder a fundos comunitários ao nível das obras, ao nível dos eventos, vamos aceder a mecanismos de mecenato cultural e vamos aceder a mecanismo de aumento de receita por prestação de serviços diretos do nosso futuro Museu. Esta é a operação base, porque uma das notas que aconteceu, de facto, o Dr. Filipe Neto Brandão referenciou isso e é verdade, os valores de programação baixaram quase para o zero, ligeiramente acima de zero. Aliás, se vocês forem ver o histórico apenas no último ano foi ver fazer coisas. Se compararem o número de eventos e a tipologia do último ano e dos anteriores quatro ou cinco, há uma variação enorme. Também há restrições financeiras, obviamente. Nós sabemos que o país esteve na situação em que esteve, está na situação em que está, houve cortes por tudo quanto é lado, e a Cultura também levou. Sabem qual é a verba de investimento, no Orçamento de Estado da Cultura, deste ano, para obras? É zero. Esta são as fontes que depois vamos revelando com pormenor a forma como vamos aceder a elas, como estamos a lutar por elas e como procuraremos melhorar esta relação da receita com a despesa porque é por elas que vamos encontrar disponibilidade para fazermos o orçamento da programação. Relembro que se foram gastos quinze milhões ficaram por gastar nove milhões, valor não orçamentado, não actualizado; valor do projeto para a qualificação da chamada ala antiga do Museu. Há nove milhões no Quadro dos Fundos Comunitários para qualificarmos todo o nosso Museu? Não há, não há mesmo. Vamos ter uma estratégia de fasear e de ir andando, pois com certeza. Nove milhões, ali, num sítio qualquer, num monte, não há. Relembro também, para quem ainda não leu o acordo de parceria e, especialmente, o Programa Operacional do Centro, chamado Centro2020, que a predominância de investimentos está para património da humanidade. A nossa região centro é particularmente rica em património da humanidade. Alcobaça, Tomar, Batalha e Coimbra. Como todos conheceis, pelo menos minimamente, o estado em que está esse património da humanidade, a necessidade financeira é brutal. O país não se pode dar ao descrédito gravíssimo do seu património da humanidade ser desclassificado por falta de investimento de qualificação física e também nalgumas componentes da dimensão imaterial. E nós estamos a trabalhar aí porque queremos que o património da humanidade da nossa região tenha qualidade, porque queremos que o crescimento deles também nos ajude a fazer o nosso crescimento.*

*As redes. Já o expliquei. Estamos na rede portuguesa de museus, temos uma comissão de acompanhamento que tem as interações todas com os outros patamares regional e nacional de cultura e queremos trabalhar as relações internacionais que não estão trabalhadas. São*

*as redes que a Câmara já tem, algumas que o Museu já tem e outras que queremos construir com a nossa rede de cidades geminadas, com a rede dos destinos que estão escolhidos, com o nosso acordo, com a AIDA para as missões empresariais até 2020, e pela rede notável de contactos internacionais da nossa Universidade de Aveiro. E é isto que nós queremos operar e só nós é que podemos operar isto bem. Nenhuma outra entidade de base ou de sede regional ou nacional pode operar isto como nós podemos operar. E vamos operar.*

*Os fundos, a Rita colocou a questão dos fundos, e o futuro e os riscos. O que está é uma operação que tem um valor referenciado, que terá uma transferência mensal e que tem mecanismos de revisão. Nós vamos poder suscitar situações, para mais ou para menos, e usarmos os mecanismos de revisão, nomeadamente no primeiro ano como o contrato explícita. Há aqui um momento de conhecer os cantos à casa e o contrato assume isso. É evidente que dois mil e catorze é um mau ano, a vários níveis. Sabem qual foi o ano de maior número de visitantes mas com pico, do nosso Museu? Foi dois mil e catorze. Mérito de quem? Seguramente do Museu, obviamente, mas da Diocese de Aveiro que teve lá uma notável exposição no âmbito das ações da Missão Jubilar. Esta questão da componente religiosa, para crentes e não crentes, nós aqui somos todos laicos, é muito importante na dimensão cultural, é muito importante na notoriedade e na atração turística. Não sei se sabeis qual é o destino turístico mais consumido da região de turismo a que pertencemos, com cinco milhões de visitantes por ano? É Fátima. E não sei se sabem qual é o elemento de atração que há em Fátima? Eu não sei se o meu colega Paulo Fonseca, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém, é católico ou não é. Nem sei, nem me interessa. É um bom colega, socialista, com quem trabalho. Agora, que no trabalho dele a gestão daquele elemento ocupa um lugar de primeira linha, aí isso eu sei, incluindo nas relações internacionais. Quais são as relações internacionais dele? São aquelas onde há Santuários Marianos de capital importância, no Brasil, na Indonésia, etc. Essa dimensão eu o nosso Museu tem, tem que ser devidamente trabalhada e não podemos ter um museu que não trabalhe em equipa com a Diocese, com a Irmandade; não podemos ter. Eles têm que pertencer à nossa equipa. É por isso que a tal parceria tem que ter esta gente toda, as empresas, e os mais importantes que são os cidadãos. Esta é uma condição absoluta. A lógica é que com este crescimento nós consigamos ter mais receita, mais capacidade financeira e possamos gerir a despesa, que nalgumas áreas ainda pode reduzir, mas que nalgumas áreas tem que aumentar, até porque a falta de controlo ambiental tem dano no espólio. E nós vamos continuar a ter certas poupanças que nos causam dano num dos elementos principal de riqueza? Não podemos. Há um limite. Toda a gente sabe que o controlo das condições de temperatura, humidade, etc., num museu desta natureza, especialmente na zona onde está determinado tipo de espólio, é capital. Então é aí que vamos poupar? Não. Há lá áreas de poupança? Sim e já temos bem claras quais são, para as primeiras medidas que vamos tomar. Estamos, de facto, num patamar de despesa que é baixo. Ouvimos dizer “tanta gente no Museu”, então eu que geri outros, mas isso é o que temos e vamos tirar deles o melhor possível porque sabemos que há competências e qualidade na equipa que será nossa com esta titularidade.*

*Quanto ao Dr. Filipe Neto Brandão apenas duas notas. Agradeço sempre as suas correções de elegância, embora como sou um homem da engenharia e não do direito o acesso ao latim é um percalço da minha formação. Aliás, estou à procura de um curso de latim porque o latim faz sempre a diferença naquilo que nós dizemos e a engenharia não nos permite aceder ao latim e eu sei que é uma pecha que procurarei cuidar. Eu estava a referir-me à ala socialista da ANMP, como sabe é absolutamente contra a tudo isto, e muitos dos colegas que comigo estavam nas reuniões com o Governo, a negociar a descentralização, desapareceram da mesa. E ficaram alguns, um deles é o colega Gil Nadais. Portanto, eu estava a referenciar o condicionalismo nessa dimensão, sabendo que foi o único dossier de rotura no actual mandato da ANMP. A ala social-democrata votou a favor daquilo que é hoje uma lei e as*



*alas socialista e comunista, maioritariamente e com todo o direito político, votaram contra, são contra e chumbaram o parecer da associação. Mas nós entendemos que o que está em causa é tão importante neste caminho da descentralização que decidimos trazer à praça pública essa discordância que lamento, mas que é ato isolado nestes vinte meses de mandato, de bom mandato, na gestão da Associação Nacional de Municípios Portugueses.*

*Quanto ao Grão Vasco e ao Museu Nacional e a Viseu é muito importante que se conheça muito bem o Museu Grão Vasco, que se conheça muito bem o papel do Museu Grão Vasco em Viseu, para se ter a noção que compará-lo ao Museu de Aveiro, de Santa Joana, e ao papel dos valores do Museu de Aveiro e de Santa Joana, não tem a menor comparação razoável. Comparar os nomes e o estatuto, pois com certeza, tudo é comparável na vida. Agora, indo à substância não tem comparação minimamente razoável. E aconselho a conhecerem bem o Museu Grão Vasco e a conhecerem bem o papel social e cultural do Museu Grão Vasco, em Viseu, e depois compararem, porque conhecem bem o nosso Museu e a sua importância na relação com a terra e com a gente, para verem que não podemos comparar estas duas realidades porque elas não são, objectivamente, comparáveis.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do artigo 33.º do Regimento:<sup>093</sup>

*“Para dizer o seguinte. É papel desta Assembleia e competências suas a fiscalização do trabalho do executivo municipal. É a pedra basilar do funcionamento do Estado de Direito Democrático, da sua Administração Pública e do seu Poder Local — a transparência.*

*E já não é a primeira vez que acontece que o Senhor Presidente de Câmara instado sobre algumas perguntas sobre situações financeiras ou processos judiciais em curso, responde alegando segredo negocial!?*

*Naturalmente que, o Senhor Presidente de Câmara (até lhe reconheço o esforço que fez para responder às questões que lhe coloquei neste ponto) poderá não estar em condições de responder aos deputados por não ter à mão dados para isso, mas alegar “segredo negocial” em meu entender não se coaduna com a transparência necessária que deve a este Órgão. Naturalmente que se fossem matérias de segredo de Estado com certeza. Mas não sendo o caso, gostaria que essa transparência fosse respeitada e quando não tem condições para responder alegue que não sabe. Mas responder que está em “segredo negocial” e que por trás da cortina, isto não é um procedimento adequado a este espaço.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>094</sup>

*“Filipe Guerra, entendamo-nos. Eu respondi às perguntas todas. É meu objetivo sempre, em todos os debates, esclarecer e responder às vossas perguntas todas. É uma questão de honra. Às vezes não consigo porque vocês fazem muitas e o meu tempo também é limitado, tenho-o aqui à minha frente, e não consigo. Depois tenho que arredondar para responder o mais possível e não consigo responder a tudo. Eu já fui do tempo em que o Presidente da Câmara tinha tempo ilimitado, mas agora já não sou. Aliás, já no mandato anterior impuseram limite, e muito bem. Agora, é sempre meu objetivo, sempre, responder a todas as vossas perguntas. Ou então digo como há bocado disse à Rita “eu não estou para aí e, portanto, estamos num mundo diferente”. Mas isso tem um objetivo claro. Isto é uma coisa, Filipe. Outra coisa é ser meu dever não contar um conjunto de pormenores num processo negocial. Invocou o segredo de Estado, também há o segredo Regional e também há o segredo Municipal. Também há o segredo da sua vida, também há o segredo das empresas. Há sempre coisas na vida de toda a gente que não pode estar de porta escancarada. É assim. Seria um acto incorreto da minha parte estar agora aqui a contar. Aliás, não tinha tempo; tinha logo um problema de tempo. Eu não tenho a contabilidade das horas deste processo, só das reuniões, mas fazendo uma*

*conta 'à bruta' talvez sejam vinte horas ou vinte e cinco horas. E com imensos pormenores. Eu posso contar isso? Não posso, mas além do mais não devo. São coisas que para o que está aqui em discussão, para as respostas às perguntas que me fizeram não têm utilidade. Têm utilidade para a memória, para a gestão futura, para tudo. Obviamente que a memória de tudo é sempre muito importante mas não tem que estar escancarada na praça pública. É apenas esta nuance. Agora, a resposta às questões será sempre um esforço meu procurar dá-las.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):<sup>096</sup>

Presidente da Câmara:<sup>097</sup>

*“Peço desculpa, no princípio devia ter feito isso já que o fiz na Câmara. Hoje esqueci-me. As duas datas ficaram aí porque quando se escreveu esse documento, as duas datas eram possíveis.*

*Entretanto, todo o procedimento levou a que uma se mantenha possível e a outra não. Os Srs. Vereadores são minhas testemunhas que na reunião de Câmara disse-o de entrada. Aqui devia tê-lo dito de entrada. Peço desculpa, foi omissão minha. Portanto a data de um de Julho está fora, a data que fica no texto é a de um de Agosto.”*

**De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação Ponto 5 – Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo de Delegação de Competências entre a Presidência do Conselho de Ministros e a Câmara Municipal de Aveiro para a Gestão do Museu de Aveiro, sendo o mesmo aprovado<sup>098</sup> por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD14+CDS6+JPA2), zero abstenções, e dez votos contra (PS7+BE1+PCP1+JPA1).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>099</sup>

*“A declaração de voto do PCP é a primeira intervenção neste ponto.”*

Vogal Rita Baptista (BE):<sup>100</sup>

*“A minha declaração de voto será a minha primeira intervenção, acrescentando que ficou por responder a questão em relação aos trabalhadores e as trabalhadoras do Museu de Aveiro. E das suas palavras no que diz respeito à redução de receita, sabemos que quando se fala em redução de despesa vem sempre à baila despedimentos. É a porta aberta à externalização de serviços.”*

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):<sup>101</sup>

*“Para referir que em termos de ata a declaração de voto do Partido Socialista será a intervenção inicial produzida.”*

Vogal Santos Costa (JPA):<sup>102</sup>

*“Quero felicitar antes de mais todos os intervenientes nesta matéria. Ouvi com muita atenção todos os argumentos e fiquei convencido que foi um bom debate. Os meus parabéns a todos e por isso votei a favor da proposta na esperança e na convicção de quem promete deve. E se nós temos tido até agora um bom Museu foi aqui prometido que vamos passar a ter um melhor Museu. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA):<sup>103</sup>

*“Votei contra porque do debate não resultou infirmadas, antes pelo contrário se confirmaram as reservas que pus na intervenção que aqui produzi e que peço seja transcrita.”*

Presidente da Mesa<sup>104</sup>

Vogal Jorge Arroiteia (PPD/PSD):<sup>105</sup>

*“Senhor Presidente, votei favoravelmente esta proposta porque à data da votação da Moção aprovada por esta Assembleia Municipal sobre o Museu de Aveiro, o meu sentido de voto foi o da rejeição do modelo de gestão então imposto, de dependência da Direção Regional de Cultura do Centro. Porque acredito que a gestão municipal vem valorizar o património cultural, científico e religioso à guarda do Museu de Aveiro, reforçando a relação entre esta instituição, o município e as instituições, nomeadamente a Universidade de Aveiro, aceito a oportunidade desta decisão.”*

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

**Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,<sup>107</sup> não se verificando pedidos de intervenção.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada<sup>108</sup> a Sessão Extraordinária Julho. Eram 01:15 horas do dia 04 de Julho de 2015.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(4:45)